



UFRR

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

TÂNIA MARIA SENA BARBOSA

**A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NAS PEQUENAS CIDADES DA
AMAZÔNIA SETENTRIONAL: UM ESTUDO SOBRE BONFIM – RR**

BOA VISTA, RR

2015

TÂNIA MARIA SENA BARBOSA

**A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NAS PEQUENAS CIDADES DA
AMAZÔNIA SETENTRIONAL: UM ESTUDO SOBRE BONFIM - RR**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO), da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico.
Orientador: Prof. Dr. Artur Rosa Filho.

BOA VISTA, RR

2015

TÂNIA MARIA SENA BARBOSA

**A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NAS PEQUENAS CIDADES DA
AMAZÔNIA SETENTRIONAL: UM ESTUDO SOBRE BONFIM – RR**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO), da Universidade Federal de Roraima. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico. Defendida em 17 de abril de 2015 e avaliada pela seguinte banca examinadora.

Prof. Dr. Artur Rosa Filho
Orientador/ Curso de Geografia - UFRR

Prof. Dr. Antonio Tolrino de Rezende Veras
Curso de Geografia - UFRR

Prof.^a Dr.^a Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Curso de Geografia - UNIR

Prof.^a Dr.^a Gersa Maria Neves Mourão
Curso de Geografia

BOA VISTA, RR

2015

Com amor e carinho a minha família, meus pais Raimundo Barbosa (*in memoriam*) e Celita de Sena Barbosa. A meus irmãos, que juntos sempre me incentivaram para chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por estar presente em todos os momentos da minha vida, dando-me oportunidade de vivenciar mais este momento.

A minha família, pelo apoio e incentivo durante todo esse tempo ajudando a alcançar mais esta meta. Em especial a minha mãe, Celita, que sempre me deu apoio, acreditou e em suas orações intercedeu a Deus por mim.

A minha irmã Gláucia e sobrinha Myllena, ambas estiveram em campo comigo para aplicação dos questionários.

Valiosa foi a colaboração da amiga geógrafa Célia Lira, que me acompanhou na pesquisa de campo, nas entrevistas e aplicações de questionários realizados junto aos moradores de Bonfim. E ao Magno Jorge Araújo e Ana Patrícia que colaboraram também na aplicação dos questionários.

Ao professor Paulo Ricardo Andrade, pelo carinho e pela forma que nos conduziu ao conhecimento da cidade Bonfim, seus valiosos ensinamentos contribuíram para os primeiros passos, e escolha da temática dessa pesquisa.

Um agradecimento especial à amiga e Professora Lúcia Brito, pelo incentivo e ajuda na correção do abstract, e pela capacidade de está sempre disposta a ajudar.

Ao meu orientador professor Dr. Artur Rosa Filho, pela valiosa contribuição para a elaboração deste trabalho. Uma postura tranquila, segura e correta me forneceu a confiança necessária para concluí-lo da melhor maneira possível, desempenhando papel de um verdadeiro Mestre para que alcançássemos mais este objetivo.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima, pela oportunidade de poder realizar esta pesquisa, e aos seus funcionários pela presteza com que sempre nos atenderam.

Aos professores do Curso de Mestrado, pelos conhecimentos partilhados, pela ajuda e orientação através das aulas, fornecendo referências teóricas que contribuíram para o meu aprimoramento intelectual.

Aos colegas do curso, pela convivência solidária ao compartilhar as apreensões, ansiedades, pelas ricas trocas de experiências e, enfim, pela sua amizade.

De forma muito especial, aos colegas mestrandos Antonio Pedro, Jeniffer Natalie e Maria Valdira pelo apoio e pela riquíssima contribuição de seus trabalhos para esta dissertação.

As minhas amigas de trabalho Virgínia, Fátima, Sarah e Célia, que tão bem souberam compreender minhas ausências de seus convívios.

Aos amigos (as) da paróquia Catedral Cristo Redentor, pela torcida e orações no decorrer desses dois anos.

A todos aqueles que contribuíram de boa vontade, fornecendo subsídios para a realização deste trabalho, especialmente os funcionários do IBGE de Roraima, na pessoa do ex-diretor Geral Vicente de Paula. À SEPLAN/CGEES – Divisão de Estudos e Pesquisas (DIEP) na pessoa do Sr. Milton Antonio do Nascimento e à Prefeitura de Bonfim.

Aos moradores do município de Bonfim, pelas informações e percepções sobre suas vidas e do espaço urbano da cidade.

Aos membros da banca de qualificação, pelas sugestões e ideias para o prosseguimento do trabalho.

Por fim, com pesar, transformo em homenagem a gratidão que devo ao professor Dr. Rafael da Silva Oliveira (*in memoriam*), pelas grandiosas sugestões prestadas por ocasião do exame de qualificação.

A todos os que de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa, o meu sincero agradecimento.

Obrigada!

“A nossa Geografia Setentrional tem que ser construída”

(Saint-Clair da UFPA)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado baseia-se em um estudo sobre as pequenas cidades da Amazônia Setentrional destacando Bonfim – RR, no contexto da reprodução do espaço. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa foi realizar um estudo sobre a reprodução do espaço urbano nas pequenas cidades da Amazônia Setentrional, destacando a cidade de Bonfim como estudo de caso, no contexto de Roraima. Como objetivos específicos, destacam-se compreender através da aplicação de questionários e entrevistas, o crescimento urbano de Bonfim – no período correspondente de 1970 a 2014. Entende-se que, o homem como agente que (re) organiza o espaço, vem gerando transformações socioespaciais, muitas vezes de acordo com suas necessidades. Nessa perspectiva, buscamos contribuir para o entendimento sobre as pequenas cidades da Amazônia visto que, ainda há poucos estudos sobre elas. Espera-se que esta pesquisa venha contribuir também para entender a natureza e as tendências da hierarquia urbana da região e as novas formas e funções do urbano nas pequenas cidades na Amazônia Setentrional, aumentando assim, a pesquisa científica nas diferentes linhas, sobretudo na constituição da Ciência Geográfica.

Palavras-chave: Amazônia Setentrional, Pequenas Cidades, Reprodução do Espaço Urbano.

ABSTRACT

This dissertation is based on a study of the small towns of the Northern Amazon, specially Bonfim-RR in the context of reproduction of urban space. Thus, the objective of this research was to conduct a study on the reproduction of urban space in the small towns of the Northern Amazon, highlighting the city of Bonfim as a case study in the context of Roraima. The specific objectives include understanding through the use of questionnaires and interviews, urban growth of Bonfim – from 1970 to 2014. It is understood that the man as an agent (re) that organizes the space, has been generating socio-spatial transformations often according to their needs. In this perspective, we seek to contribute to the understanding of the small towns in the Amazon, since there are few studies about them. It is hoped that this research will also help to understand the nature and trends of urban hierarchy of the region and the new forms and functions of urban small towns in northern Amazonia, thus increasing the scientific research in the different lines, particularly in the constitution of Geographic Science.

Keywords: Northern Amazon, Small Towns, Reproduction of Urban Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa da Amazônia Setentrional.....	32
Figura 2 –	Mapa do Estado de Roraima.....	34
Figura 3 –	Diversidade de critérios para definir o que é uma cidade.....	39
Figura 4 –	Mapa de localização da cidade de Bonfim.....	45
Figura 5 –	Lago da Vaca.....	49
Figura 6 –	Mapa Fragmentação da malha municipal do Estado de Roraima. Ano das emancipações – 1982.....	51
Figura 7 –	Mapa da expansão urbana da cidade de Pacaraima.....	56
Figura 8 –	Tipos de residências em Bonfim.....	65
Figura 9 –	Área destinada a ALC.....	66
Figura 10 –	Local de nascimento.....	68
Figura 11 –	Residência anterior.....	69
Figura 12 –	Tempo de residência.....	70
Figura 13 –	Quanto à etnia se identifica como:.....	71
Figura 14 –	Escolaridade.....	72
Figura 15 –	Emprego atualmente.....	73
Figura 16 –	Renda familiar.....	74
Figura 17 –	Tipo de moradia.....	74
Figura 18 –	Se pudesse escolher moraria em outro local?.....	75
Figura 19 –	Quanto à participação da população na gestão da cidade.....	76
Figura 20 –	Quanto à inserção da juventude nas políticas de emprego e renda.....	78
Figura 21 –	Quanto à organização como ONGs, Associação e Cooperativas.....	79
Figura 22 –	No tocante a ALC (Área de Livre Comércio): Já ouviu falar?	83

LISTA DE TABELAS

Tabela – 1	Comunidades Indígenas, região de Bonfim.....	48
Tabela – 2	Municípios emancipados em 1982 e registro da população no censo demográfico pós-criação até 2010.....	52
Tabela – 3	População total urbana e rural com percentual na sede municipal e indicação da área total com densidade demográfica dos municípios do estado de Roraima (2010).....	53
Tabela – 4	Quanto à preocupação nesta cidade.....	80
Tabela – 5	Quanto à situação da prestação dos serviços neste lugar, responda:.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALC	Área de Livre Comércio
BASA	Banco da Amazônia S/A
CAER	Companhia de Água e Esgoto de Roraima
CGEES	Coordenadoria Geral de Estudos Econômicos e Sociais
CPRM	Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
DIEP	Divisão de Estudos e Pesquisas
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Programa Calha Norte
PDFF	Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PIN	Plano de Integração Nacional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RADAM	Radar da Amazônia
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SPR	Secretaria de Programas Regionais
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
	2.1 REGIÃO E SUAS DEFINIÇÕES.....	23
	2.2 PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA A PARTIR DE 1960.....	26
	2.3 AMAZÔNIA SETENTRIONAL E O ESTADO DE RORAIMA.....	32
	2.4 CONTEXTUALIZANDO O ESTADO DE RORAIMA.....	34
	2.5 AS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA E SUA IMPORTÂNCIA.....	38
3	BONFIM UMA PEQUENA CIDADE NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL.....	45
	3.1 BREVE CONSIDERAÇÕES DO URBANO EM PACARAIMA.....	54
4	A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	58
	4.1 A FORMAÇÃO DO URBANO: UMA CONSTRUÇÃO HUMANA.....	59
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	67
	5.1 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE BONFIM-RR.....	67
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS.....	88
	APÊDICE.....	95

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é, realmente, um país predominantemente urbano, que se urbaniza mais e mais, em grande velocidade (SOUZA, 2011). A urbanização é um acontecimento mundial, onde as dinâmicas espaciais acontecem rapidamente, cujos espaços urbanos estão em constante processo de produção e reprodução.

No caso do Brasil, esse crescimento urbano se intensificou a partir da década de 1960, quando mais de 50% da população brasileira tornou-se urbana, segundo as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1991). Até então o Brasil era considerado predominantemente rural. Essa mudança ocasionou uma transformação na estrutura urbana das cidades nas regiões brasileiras.

Segundo Santos (2012a), o Brasil antes da década de 1960, era um país basicamente agrícola. Hoje no seu quadro observa-se uma população urbana mais elevada que a rural, ocasionando assim novos estudos e pesquisas frente à dinâmica e conflitos existentes nas áreas urbanizadas, sobretudo, nas pequenas cidades.

Remetendo-nos à região norte, nesse período, a Amazônia foi à região brasileira que apresentou as maiores taxas de crescimento urbano na segunda metade do século XX: 3,5% da população total em 1970; 44,6% em 1980; 61% em 1996 e 69,07% em 2000. De ritmo galopante e tal proporção fundamentaram a sua concepção como uma floresta urbanizada (BECKER, 2009, p. 95). A autora destaca o seu diferenciado através de um estilo de urbanização que não se apresenta nas outras regiões do país, um deles é o crescimento urbano em áreas de menor densidade populacional.

A urbanização na Amazônia proporcionou um grande crescimento populacional, transformando as formas de ocupação e uso do solo. Esse crescimento se deu, sobretudo por parte do Governo Federal com argumento de segurança nacional. Havia a necessidade da proteção das fronteiras brasileiras, de modo que o governo mesmo implantou uma política essencial de ocupação dos espaços vazios, de integração da região ao território brasileiro e valorização da Amazônia, principalmente através de suas riquezas naturais, abrindo espaço para novas atividades socioeconômicas e viabilizando, ao mesmo tempo, alternativas de trabalhos.

O processo de urbanização intenso ocorrido na Amazônia levou ao surgimento de novas cidades, a maioria pequena. Muitas já existiam como vilas e com o crescimento urbano tornaram-se cidades. Hoje elas são predominantes na região.

Diante desse processo, as pequenas cidades se tornaram importantes, recebendo atenção especial por parte dos pesquisadores do espaço urbano das pequenas cidades.

Dentro dessa conjuntura, Costa (2012b) procura definir que, “estas pequenas cidades, são pequenos aglomerados urbanos, com menos de vinte mil habitantes, que se emanciparam recentemente ou foram fundadas há muitos anos”. Na Amazônia muitas são as pequenas cidades surgidas nas últimas décadas.

Dentro dessa categoria, têm-se os municípios do Cantá-RR, Iranduba-AM, Tartarugalzinho-AP, Ponta de Pedras-PA e Bonfim-RR. Cada uma dessas pequenas cidades possui um destaque e uma importância pelas particularidades econômicas, sociais e nas transformações dos modos de vida que foram surgindo nesses lugares.

As dinâmicas urbanas regionais realizadas por essas pequenas localidades e a deficiência de bens e serviços que elas apresentam, tornaram-se os motivos de realização dessa pesquisa, uma vez que essas pequenas localidades se articulam a cidades maiores buscando suprir suas carências em serviços. Somam-se a isso, as problemáticas socioespaciais percebidas empiricamente na cidade destinada a essa pesquisa.

Entender as pequenas cidades, suas histórias, organização, estrutura, funções, podem fazer diferença na compreensão das médias e grandes cidades, ainda mais que são nelas que estão presentes grande parcela da população em geral. Atualmente, as pequenas cidades são consideradas temas que passam a ser discutidos, pesquisados e confrontados com os grandes e médios centros urbanos. No entanto, ainda há muito que se discutir sobre elas, principalmente na Amazônia Setentrional.

Roraima é o estado mais setentrional da Amazônia Legal, de acordo com o IBGE (2010), muitos de seus municípios são considerados como pequenas cidades por possuírem características que as remetem a essa categoria. Uma delas é o aspecto demográfico que corresponde a menos de 20.000 habitantes.

As pequenas cidades surgidas na Amazônia Setentrional, especificamente no estado de Roraima, tiveram sua formação ligada aos processos de produção do espaço regional, sobretudo, com a infraestrutura de abertura e construção das rodovias federais comum na Amazônia. BR-174 interligando Manaus a Pacaraima; BR-401 interligando Boa Vista a Bonfim e BR-210 (Perimetral Norte).

O período entre as décadas de 1970 a 1990 representa um marco para o desenvolvimento do estado de Roraima e as rodovias tiveram uma contribuição significativa para o surgimento de novos municípios, gerando assim um grande fluxo migratório para o estado.

O estudo sobre o desenvolvimento do espaço amazônico, sobretudo das pequenas cidades, desponta como um novo cenário de urbanização que surgiu nas últimas décadas nesse espaço, já que no país, a região da Amazônia foi a que apresentou maior taxa de urbanização, em ritmo acelerado do que as demais regiões.

Neste cenário das pequenas cidades da Amazônia Setentrional, está Bonfim, localizada no nordeste do estado de Roraima. Segundo Silva (2007), seu surgimento deu-se na última década do século XIX através de um grupo de nordestinos, possivelmente, procedentes de alguma fazenda fundada às margens do rio Branco e de seus afluentes. Seu nome é uma homenagem ao Nosso Senhor do Bonfim da Bahia.

Mas, foi a partir das décadas de 1930 a 1960, que muitas famílias se deslocaram e ali formaram uma pequena vila, levando a um crescimento demográfico significativo. Esse crescimento ocorreu principalmente devido às atividades de garimpo que surgiu na região. No entanto, em 1982 através da Lei federal de nº 7009 de 01 de julho do mesmo ano, a vila passou à condição de município.

Uma forma importante para se compreender o modo de vida urbano implícito ao dia a dia dos moradores de qualquer cidade é o levantamento de informações relativas à sua história. Para Carlos (2008a), a cidade enquanto produto histórico e social tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos construtivos e com sua história.

Nesta dissertação, isso é fundamental, já que se pretende demonstrar como a referência ao passado cultural e socioeconômico do município de Bonfim, tem implicações direta e indireta nas políticas públicas urbanas e no tipo de apropriação que as pessoas fazem desse espaço hoje.

Diante disso, como objetivo geral, esta pesquisa visa realizar um estudo sobre a reprodução do espaço urbano nas pequenas cidades da Amazônia Setentrional, destacando Bonfim como estudo de caso, no contexto de Roraima. Buscaremos, ainda, como objetivos específicos: compreender, através de aplicação de questionários e entrevistas, o crescimento urbano da cidade de Bonfim – período correspondente de 1970 a 2014; Destacar o papel dos agentes que produziram e reproduziram o espaço urbano de Bonfim, no período de 1970 a 2014, visto que o homem como agente que (re) organiza o espaço, vem gerando transformações socioespaciais, muitas vezes de acordo com suas necessidades.

Para atingir os objetivos propostos da pesquisa, esta dissertação foi dividida em quatro partes, além da Introdução e das Considerações Finais.

Na primeira parte, aborda a fundamentação teórica, iniciando com uma breve apresentação do conceito de região seguido dos Processos de Urbanização na Amazônia a

partir de 1960, Amazônia Setentrional e o estado de Roraima, As pequenas cidades da Amazônia e sua importância de acordo com as reflexões fundamentadas nos autores que estão frente ao debate e das discussões a respeito dos temas que envolveram o projeto de pesquisa, dentre eles destacam-se: Becker, Santos, Corrêa, Trindade Jr, Costa, Sposito dentre outros.

A segunda parte aborda os aspectos históricos do município de Bonfim, descrevendo suas características, localização, seu processo de formação, crescimento populacional, as políticas de desenvolvimento, apontando, também, o papel do estado e do município no processo de reprodução do espaço.

Já a terceira parte focou-se nos agentes que promovem a produção e a reprodução do espaço, destacando o papel do Estado, dos agentes imobiliários e da população socialmente excluída.

E, por fim, a quarta e última parte procurou responder a questão central: Por que Bonfim como pequena cidade da Amazônia Setentrional não se desenvolve economicamente como Pacaraima, que também é uma pequena cidade da Amazônia Setentrional e localiza-se numa faixa de fronteira?

Composto todas as etapas anteriores, vêm as considerações finais, destacando os objetivos que foram alcançados na pesquisa e indicando caminhos por onde a investigação pode ser continuada.

A justificativa da pesquisa compreendeu-se em três momentos:

Pessoal - Sou Amazonense, mas moro em Roraima há 22 anos. Assim como tantas pessoas que visitam a cidade de Lethem na Guiana, país que faz fronteira com o Brasil, nunca entrava na cidade de Bomfim.

Ao conhecer um pouco o município de Bonfim, no ano de 2012, por ocasião da pesquisa para elaboração do livro BONFIM: Um olhar geográfico. Observei um descaso da cidade. Por ser um município de fronteira não demonstra um desenvolvimento ativo, principalmente na área do comércio, se compararmos com o município de Pacaraima que também é um município que faz fronteira com a Venezuela, onde é possível notar um fluxo de pessoas tanto venezuelanas quanto brasileiras.

A curiosidade levou-me a várias indagações: o porquê desse descaso já que, o município é considerado como um dos mais antigos do estado. Tomando como exemplo a Área de Livre Comércio – ALC que nesta cidade foi implantada com o intuito de ótima oportunidade para investimentos ligados ao comércio exterior devido à acessibilidade à República Cooperativista da Guiana, sendo facilitada com a inauguração da ponte sobre o Rio Tacutu. Hoje, o que se vê é o local destinado à ALC totalmente abandonado, sendo que o

município até então, não teve nenhum benefício com o projeto, está sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento. Enquanto isso, na cidade de Lethem, principalmente com a inauguração da ponte, é possível ver uma modificação urbana e um desenvolvimento, sobretudo comercial.

Outra situação que foi possível observar em pesquisa na cidade é o destino do lixo urbano e os impactos ambientais, ocasionados em decorrência do despejo de lixo em áreas de vazios urbanos e próximos dos lagos existente no município. De acordo com a SEPLAN (2014, p. 28), o abastecimento de água, esgoto domiciliar e coleta de lixo são importantes indicadores de condições ambientais e de qualidade de vida da população de uma região.

Indicadores importantes para uma boa qualidade de vida, que em Bonfim alguns ainda não foram implantados. É o caso do serviço de esgoto sanitário domiciliar, já que o município não possui este serviço. A respeito da coleta de lixo é muito precária, Bonfim possui um aterro sanitário para deposição adequada do lixo, entretanto a pesquisa revelou que o povo e a empresa que recolhe o lixo da cidade, despejam em espaço não próprio para o descarte dos lixos. Formando os chamados lixões ao céu aberto (SEPLAN, 2014).

Sendo assim, há uma necessidade do poder público local de buscar alternativas e soluções que preservem e conservem o meio ambiente dentro das políticas públicas de desenvolvimento. É preciso fazer prevalecer ALC já que um dos objetivos era o investimento ligado ao comércio exterior. Diante disto, este estudo é de grande relevância, uma vez que poderá responder os possíveis motivos que ocasionaram e ocasionam esses e tantos outros descasos.

Social - A pesquisa se apresenta de suma importância para a cidade de Bonfim e para o estado de Roraima, pois contribuirá no sentido de proporcionar respostas aos problemas ressaltados, uma vez que o resultado possibilitará modificações no âmbito socioespacial da realidade local.

A questão urbana apresenta uma gama de fenômenos de relativa complexidade, cujo enfrentamento pode ser feito a partir de um conjunto de políticas públicas, visando seu planejamento e ordenamento territorial.

Neste sentido, torna-se de fundamental importância entender os espaços urbanos que compõem as pequenas cidades, tão singulares, avaliando o processo de desenvolvimento urbano, o perfil do morador da cidade, a geração de recursos do município, suas características urbanas, e interfaces, no sentido de construir contribuições que nos auxiliem a compreender o urbano nas pequenas cidades da Amazônia.

Dentro desse contexto, essa pesquisa justifica-se, também, pelas transformações e pelo crescimento urbano que ocorreu e ocorre em Bonfim. Conhecer mais detalhadamente as suas

condições (socioeconômicas, culturais e históricas) e seus condicionantes naturais para um melhor reconhecimento da atual organização espacial, apontando sua área de influência no estado de Roraima.

Científica - Sendo graduada em geografia, tive acesso a um bom número de autores e pensadores da Geografia e áreas afins, percorrendo sobre a temática em estudo. Foi possível compreender a importância da ciência geográfica que nos leva a estudar a fundo a organização espacial, a natureza e a sociedade.

Já no Mestrado, com as disciplinas “Fundamentos Teóricos e Conceituais da Geografia” e “Produção do Espaço Urbano”, pude enriquecer os meus conhecimentos e verificar a concepção e a ampliação da temática da ciência geográfica e pelas demandas sobre as análises socioespaciais.

O espaço urbano e sua formação são objetos de estudo da geografia, que aborda a constante reconfiguração do espaço total, social, e seus diversos recortes, aprendendo sua dinâmica, seus problemas e contribuindo, a partir da visão geográfica, com subsídios para o planejamento urbano. Os problemas urbanos são preocupações importantes para a ciência geográfica.

Os referenciais históricos e teórico-metodológicos da geografia construídos ao longo do século XX, nos permitem uma interpretação apurada do processo de urbanização brasileiro, bem como do entendimento das formas de produção e processo de organização das nossas cidades.

Hoje, já existem estudos científicos sobre as pequenas cidades na Amazônia, muitos são os estudiosos que desenvolvem trabalho nessa temática. Podemos citar aqui, o professor Saint-Clair da UFPA, a professora Sandra Costa da UNIVAP, uma vez que ambos possuem bibliografias no assunto.

Nessa perspectiva, buscaremos socializar nossa experiência sobre o estudo das pequenas cidades da Amazônia Setentrional, destacando Bonfim no contexto do estado de Roraima, visto que, ainda há poucos estudos sobre as características urbanas, crescimento e as relações desse crescimento com a capacidade de geração de recursos e investimentos em infraestrutura no município.

Ressalta-se a relevância deste estudo, e espera-se que o mesmo venha contribuir para entender a natureza e as tendências da articulação urbana na região e as novas formas e funções do urbano nas pequenas cidades da Amazônia Setentrional, aumentando assim, a pesquisa científica nas diferentes linhas de pesquisa e na própria constituição da Ciência Geográfica.

As mudanças ocorridas no processo de urbanização nos últimos séculos provocaram profundas transformações espaciais. Corrêa (2011) destaca, os agentes sociais da produção do espaço como responsáveis e estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista.

Demonstrando, desta forma que eles contribuíram e contribuem para essas transformações, o mesmo afirma que, processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, são ainda elementos fundamentais da sociedade e de seu desenvolvimento. Quando buscamos analisar o processo geográfico de um espaço urbano, observamos que cada pessoa o percebe a partir de seu ponto de vista. Deste modo, fizemos o seguinte questionamento: “Por que Bonfim, sendo também uma cidade de fronteira, não se desenvolve como Pacaraima?”.

A constante reorganização do espaço, impulsionada pelo processo de desenvolvimento urbano configura-se como o principal responsável por gerar este e tantos outros processos e formas organizacionais no espaço. Tais processos ganham uma dimensão significativamente mais ampla e acabam por intervir de forma direta na organização socioeconômica de uma complexa rede de fluxos responsáveis pelo direcionamento da vida de uma parcela imensa de indivíduos. Os espaços onde ocorrem as atividades de serviços e comércio é resultado dessas ações.

Para Carlos (2008a, p. 32), o homem, nesse contexto, é um ser social agente da vida econômica e da produção do espaço, que tendo por base as relações sociais, realiza modificações no quadro econômico-político e social. Ainda pensando a discussão sobre a estruturação do espaço urbano, Souza (2011, p. 65) aprofunda esta questão evidenciando que:

Uma cidade ao crescer vê aumentarem as distâncias, e a combinação de densidade demográfica, distância em relação ao centro e renda da população faz aparecer importante subcentros de comércio e serviços, o que evita que os moradores dos diferentes bairros precisem, necessariamente, se deslocar para o centro principal da cidade.

No âmbito de uma cidade, no caso Bonfim que ao longo dos últimos anos, teve um crescimento populacional significativo, tendo como um dos fatores que influenciam no crescimento demográfico destaca-se a migração. Entretanto, a qualidade da infraestrutura, o acesso limitado a bens de consumo na cidade e a carência de oportunidades de trabalho levantam questões importantes quanto aos impactos sociais e ambientais da expansão da cidade ocasionada por essas migrações.

Bonfim teve e está tendo suas mudanças alterando suas relações dentro do seu espaço urbano. Corrêa (2010, p. 26) “considera que o espaço é produzido pela sociedade”, é um

instrumento político, um campo de ações, onde há o processo de reprodução de força do trabalho através do consumo.

Neste contexto, questiona-se como ocorreu a (re) produção do espaço urbano em Bonfim-RR ao longo de 40 anos. E quais agentes se destacaram no processo dessa reprodução?

Compreender o processo de (re) produção da cidade de Bonfim requer uma reflexão sobre os procedimentos históricos que contribuíram para seu crescimento em alguns períodos como sua estagnada presença hoje. Apesar da realidade econômica, social da sua localização, como cidade de fronteira, isto é, Bonfim tinha tudo para ser um município mais desenvolvido do que hoje, por falta de investimentos, infraestrutura o que se vê é uma população de baixa renda sem perspectivas principalmente para o mercado de trabalho.

A metodologia que norteia o desenvolvimento de uma pesquisa, expressa a maneira que o pesquisador busca para atingir suas metas, no sentido mais compreensivo e abrangente, já que os valores, concepções, sentimentos, entendimentos, significados estarão subentendidos e perpassados pelo que for pesquisado.

Para a ciência, ela tem um papel fundamental propondo aos pesquisadores meios para alcançar um objetivo.

A metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos (DEMO, 1985, p. 19).

Este é o momento em que a pesquisa adquire uma proporção empírica, quando o pesquisador interage com o universo de estudo, procurando apresentar suas ideias. A metodologia tratou da análise de dados através das pesquisas qualitativa, quantitativa, bibliográfica e documental, posteriormente, com visita a campo e aplicação de 100 questionários aos moradores.

A pesquisa utilizou-se do método qualitativo que, em geral, torna-se necessário na medida em que o paradigma, conjunto de teorias que guiam a pesquisa do estudo, admita a multiplicidade do pensar e agir do pesquisador.

O método é o instrumento que ampara o pesquisador na construção do processo de conhecimento do objeto pelo sujeito, não existe como entidade simples e desconectada da realidade científica. Para Santos (2008b) o método é “um conjunto de proposições – coerentes entre si – que um autor ou um conjunto de autores apresenta para o estudo de uma realidade,

ou de um aspecto da realidade”. O autor destaca que não há método eterno, todo método é passível de modificações.

A pesquisa bibliográfica é uma das etapas fundamental em qualquer trabalho científico vindo influenciar todas as demais etapas de uma pesquisa, dado que ao se determinar o embasamento teórico este irá fundamentar o trabalho. A operacionalização dos dados dividiu a pesquisa em fases.

No primeiro momento, realizou-se um amplo levantamento bibliográfico, para se estabelecer o referencial teórico, procurando aprofundar o desenvolvimento teórico-metodológico da pesquisa, através de bibliografias específicas sobre a temática em questão. Dessa forma, resgataram-se questões básicas para este estudo, principalmente no que se refere ao povoamento e ocupação da Amazônia, o estado de Roraima, pequenas cidades, redes, desenvolvimento urbano, migração, identidade cultural, produção do espaço e a cidades de Bonfim como pequena cidade na Amazônia setentrional.

Conceitos fundamentados nas obras de geógrafos renomados e autores de áreas afins como: Bertha Becker, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Ana Fani Alessandri Carlos, Eliseu Savério Sposito, Sandra Lencioni, Rui Moreira, Paulo Fernando Jurado da Silva, Saint Clair Trindade Júnior, Sandra Maria Fonseca da Costa, Carlos Walter Porto Gonçalves, Paulo Rogério de Freitas Silva, Rafael da Silva Oliveira, Antonio Tolrino de Rezende Veras, dentre outros. Todos consideram importantes as discussões dos estudos relacionados à temática em estudo.

Definidas as matrizes teóricas, buscou-se na segunda fase constitui um levantamento de fontes secundárias, tais como dados estatísticos da pesquisa feita pela Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN, 2014) sobre o município de Bonfim, dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), via Censo demográfico, referentes aos anos direcionados à pesquisa. Dados no Ministério da defesa (Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos internacionais. Departamento de Política e Estratégia), Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Programas Regionais - SPR. Faixa de Fronteira: programa de promoção do desenvolvimento da faixa de fronteira - PDFF. Brasília).

A terceira fase esteve alicerçada na coleta de informações em fontes primárias, através do trabalho de campo. A pesquisa de campo é um instrumento de trabalho essencial ao Geógrafo. É através dela que os trabalhos científicos tornam-se enriquecedores, uma vez que a partir das observações e das coletas de dados, juntamente com os conhecimentos e concepções, o pesquisador é conduzido a reflexões e análises sobre o objeto em estudo.

Deste modo, com intuito de observar “in loco” a problemática em questão, elaborou-se um questionário, instrumento de pesquisa, com questões específicas sobre a temática desta investigação, a qual se constitui na base das entrevistas realizadas.

O questionário foi estruturado de forma padronizado para todos os entrevistados, uma vez que o mesmo garante, desta forma, maior controle nas respostas, inclusive no resultado da pesquisa. A pesquisa quantitativa é mais adequada para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos questionados. Foram aplicados 100 questionários com 36 questões aos moradores, estes foram distribuídos nos bairros da cidade.

Após investigação, os dados coletados foram analisados e interpretados, sendo resumidos e discutidos em forma de tópicos junto ao texto.

O início das atividades com os trabalhos de campo deu-se no mês de outubro, novembro e dezembro 2014, com aplicação de questionários, observações e aquisições de fotografias dos espaços urbanos em estudo. O trabalho de campo objetivou o conhecimento da área urbana de Bonfim, bem como a observação, além de fotografias da organização e composição da cidade.

O resultado do trabalho foi satisfatório na medida em que se teve um primeiro contato, observação e análise da organização do espaço urbano. Foi possível com o resultado compreender como se deu a (re) produção do espaço urbano da cidade através de seus diversos agentes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta etapa tem o objetivo de expor ao leitor o referencial teórico que fundamenta a pesquisa sobre, **“A (re) produção do espaço urbano nas pequenas cidades da Amazônia Setentrional: um estudo sobre Bonfim – RR”**.

Ainda que a discussão sobre as pequenas cidades, não seja um dos temas mais abordados no campo da geografia urbana, muitos são os autores como: Sposito (2008, 2013), Lencioni (2005), Gomes (2010), Becker (1998, 2009, 2013), Santos (1988, 2008, 2010), Corrêa (1987, 1989, 2006, 2011) Trindade Jr. (2008, 2011), Costa (2012) dentre outros, que investiram e investem nessa temática. Todos consideram importantes as discussões dos estudos relacionados às pequenas cidades.

Inicialmente, abordaremos o conceito de “região” visto que a cidade de Bonfim localiza-se na região norte (setentrional) da Amazônia brasileira, com o intuito de um melhor entendimento de suas concepções e reinterpretações frente aos processos dialéticos de transformação socioespaciais.

2.1 REGIÃO E SUAS DEFINIÇÕES

Para fundamentar a abordagem acerca do conceito de região na pesquisa, buscou-se fazer uma breve explanação, do conceito de região, objetivando identificar os elementos teórico-metodológicos que expressam o termo.

A palavra região corresponde a diferentes significados, podendo ser usado para demonstrar a divisão da superfície terrestre e também para a diferenciação de áreas. A cada área ou espaço pode ser dado o nome de uma característica física ou humana destacada na paisagem.

Lencioni (2005, p. 187) descreve que, a palavra região tem sentidos variados. É uma palavra de uso corrente e, como às vezes ocorre com o discurso geográfico, se exprime por metáfora, a exemplo da expressão “região que trabalha”. [...] Essa palavra aparece com destaque nos estudos sobre as diferenças e os contrastes da superfície da Terra.

A concepção de região, sob qualquer conteúdo que lhe seja conferido, relaciona-se com a noção de espaço. Nas ciências em geral se percebe a existência do termo região em outros domínios, como apresenta Gomes (2010, p.53),

O termo região é empregado e associado à localização, ou seja, domínio de uma dada propriedade matemática, domínio de uma dada espécie, de um afloramento, ou domínio de certas relações como, por exemplo, na biogeografia, inspirada na ecologia, onde dividimos a Terra segundo associações do clima, da fauna e da flora em diversas regiões.

A utilização do termo na geografia se torna complexo, há diferentes conceituações, onde cada uma possui um significado próprio se inserindo em uma das correntes do pensamento geográfico.

Além disso, Gomes (2010, p. 50) descreve que a discussão teórica sobre o conceito de região implica discernir as diferentes operacionalidades que podem existir na noção de região nas diversas esferas onde ela é utilizada: no senso comum, como vocábulo de outras disciplinas e, o mais importante, na variedade de acepções que ela possui na geografia.

Portanto, se faz necessário uma brevíssima apresentação à cerca da noção de região, ao longo da história do pensamento geográfico.

Iniciando com a contextualização de Gomes (2010, p.50), sobre a origem etimológica da palavra região.

Deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediada em Roma.

Essa contextualização vem identificar o conceito de região como uma funcionalização do poder, divisão territorial e seu caráter político-administrativo. Gomes (1995, p.52) assegura ainda,

que o conceito de região tem implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial; possui um inequívoco componente espacial, ou seja, as projeções no espaço das noções de autonomia, soberania, direitos etc., e de suas representações; que a geografia foi o campo privilegiado destas discussões ao abrigar a região como um dos seus conceitos-chave e ao tomar para si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre este tema.

A abordagem conceitual sobre região nas principais correntes de pensamento geográficos ou paradigmas da geografia destacado por Corrêa (1990, p. 7): O determinismo ambiental, o possibilismo, o método regional, a *nova* geografia e a geografia crítica.

Determinismo ambiental – Surge no final do século XIX. Trazendo o conceito de região natural, entendida como uma parte da superfície da Terra caracterizada pela

uniformidade, resultante da combinação ou integração dos elementos da natureza, como o clima, a vegetação, o relevo e a geologia. A região natural é vista como um ecossistema, no qual seus elementos estão integrados e interagem entre si (CORRÊA, 1990, p.8);

Possibilismo – O possibilismo surge na década de 1920, o mesmo se mostra semelhantemente ao determinismo ambiental, no que diz respeito às relações entre o homem e o meio natural, mas não do ponto de vista da natureza determinando o comportamento humano.

A natureza foi considerada como fornecedora de possibilidades, para que o homem a modificasse. Assim sendo, o homem é o principal agente geográfico (CORRÊA, 1990, p.13);

Método regional – O método regional enfoca o estudo de áreas, erigindo não uma relação causal ou paisagem regional, mas a sua diferenciação de *per se* como objeto da geografia, buscando um conhecimento sintético sobre as diferentes áreas.

O método regional tem sido utilizado pelos geógrafos desde o século XVII. Nele a diferenciação de áreas não é vista a partir da relação homem/meio, mas sim da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra.

A nova geografia – A *nova* geografia surge em meados da década de 1950, ditando que o espaço alterado resulta de um agregado de decisões locais e, considera a região um caso particular de classificação, tal como se procede nas ciências naturais. As discussões acerca do conceito de região correspondem a uma crítica aos conceitos derivados do determinismo ambiental e do possibilismo.

Nela se desenvolve o conceito de organização espacial entendido como *padrão espacial* resultante de decisões locais, privilegiando as formas e os movimentos sobre a superfície da Terra (interação espacial) (CORRÊA, 1990, p.19).

Geografia Crítica – O seu surgimento deu-se no final do século XIX, com significado calcado no materialismo histórico e na dialética marxista, a mesma traça questionamento a geografia tradicional, considerando a necessidade de se repensar o conceito de região.

A geografia crítica considera o conceito de região e o tema regional a partir: da articulação dos modos de produção; das relações entre as classes sociais e a acumulação capitalista; das relações entre o Estado e a sociedade local; e, da dimensão política.

Sua dimensão espacial corresponde à diferenciação de áreas, verificável através do processo de regionalização. Dentro dessa conjuntura, a região pode ser vista como um resultado da lei de desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas (CORRÊA, 1990, p.45).

Outra definição veio por parte dos estudos regionais combinando as duas ciências: a da natureza e a do homem. Para uma melhor compreensão Lencioni (2009, p. 100) define que,

o objeto essencial da Geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos.

A autora afirma ainda, que a região pode ser objetivamente distinguida pela paisagem, e que os homens tomam consciência dela, à medida que constroem identidades regionais.

Nota-se, nesses breves apontamentos preliminares, como o conceito de região é abrangente e coberto de diferentes significados. Reconhecendo ainda, a variedade de seu emprego que está intrinsecamente associada a métodos e ponto de vistas distintas, principalmente no âmbito da ciência e particularmente da ciência geográfica.

2.2 PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA A PARTIR DE 1960

A Região Amazônica, desde 1960, vem experimentando um ritmo de urbanização impressionante. Becker (2009) afirma que, na região, “entre 1970 a 1996 a população urbana cresceu mais que a população total, com taxas correspondentes ao dobro da média do país como um todo”. Foi um crescimento bem considerável, conforme indica o IBGE (2010) que realizou um demonstrativo das maiores taxas de crescimento urbano do Brasil, neste período. Em 1970, a população urbana correspondia a 35,5% da população total. Becker (2013), ainda explana que, esta proporção aumentou para 40% em 1980, para 58% em 1991, 61% em 1996 e 69% em 2000, alcançando 72% em 2007 e 99,5 % em 2010.

Muitos foram os motivos do desenvolvimento e da ocupação da Amazônia, Becker (1998, p. 12) a esse respeito, destaca que o Estado, fundamentado na doutrina de segurança nacional, tornou prioridade máxima para o país a legitimação. O planejamento estatal capitalista, com os elementos econômicos, sociais e políticos, assim como a exploração mineral, os grandes projetos, os garimpos e os contingentes migratórios vieram contribuir para a expansão desse espaço (BECKER, 1998, p. 62).

A configuração da organização urbana da Amazônia resulta também de uma combinação de processos desiguais desencadeados em tempos e espaços distintos. Alguns períodos específicos evidenciam ações políticas que ocasionaram transformações econômicas e sociais que contribuíram para a formação socioespacial da região.

O Estado apresentou um papel muito importante dentro das políticas de incorporação da Amazônia, foi o responsável pelos investimentos em infraestrutura, o avalista e o repassador dos recursos vindos do exterior, além de estabelecer o conjunto de políticas que concretizariam o propósito de incorporação capitalista da Amazônia (NASCIMENTO, 2011, p. 238).

Dentre os processos de urbanização da Amazônia o período de 1960 a 1990, se caracteriza como responsável pelo intenso processo de mudança econômica alterando sua natureza e suas articulações, como já citadas anteriormente, o Estado foi decisivo, contribuindo com um papel muito importante dentro das políticas de desenvolvimento para a região.

Segundo Corrêa (1987, p. 57), essas políticas se dividiram em três etapas:

1. A primeira etapa se constituía em um controle do excedente demográfico rural, seja do Nordeste, seja do Centro-Sul do país, com intuito de mandar para a Amazônia o excedente rural destas regiões, diminuindo, assim, o afluxo para as áreas metropolitanas, criando, ao mesmo tempo, na Amazônia, um mercado de força de trabalho para o capital. A criação do PIN (Plano de Integração Nacional), em 1970, e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de onde se originaram os projetos de colonização dirigida, tanto ao longo da rodovia Transamazônica, quanto da BR-364, que atravessa o Estado de RO, são resultantes da política implementada nessa primeira etapa.
2. O segundo passo constituía em incorporar a Amazônia ao mercado de consumo de produtos industrializados e de matérias-primas. Para que isso acontecesse, era necessário criar uma rede de infra-estrutura de estradas e rodovias, sendo assim criou-se, em 1960, a ligação rodoviária entre Belém e o sudeste do país através de Brasília e, mais tarde, as rodovias para Porto Velho (BR 364) e Santarém e Cuiabá (BR 163), com isso a produção do Sudeste tinha condições de chegar à Amazônia, assim como agora havia a possibilidade de se enviarem matérias-primas para o Sudeste. Com o intuito de se conhecer melhor os recursos naturais da Amazônia, que possibilitaria a implantação de grandes projetos que iriam propiciar a melhor exploração destes recursos, foi criado em 1968, o Comitê Coordenador de Recursos Energéticos da Amazônia, a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM) em 1969, e o Projeto Radar da Amazônia (RADAM) em 1970. A criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1967, veio viabilizar a implantação de um distrito industrial, o que causou grandes mudanças na rede urbana.
3. A terceira etapa constituía-se pelo controle capitalista dos recursos naturais sob a forma de apropriação de enormes extensões de terras ricas em madeiras, minérios e solos para a agropecuária. Com o intuito de viabilizar este propósito, foi criado, em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e organizou-se o seu agente financeiro, o Banco da Amazônia S/A (BASA), órgão responsável pela ocupação privada da Amazônia.

Dessa maneira as políticas de desenvolvimento da região difundida pelos projetos de colonização regional e investimentos em infraestrutura, desencadearam uma manifestação muito grande de ocupação, principalmente com a chegada de migrantes, vindo do nordeste e sul do Brasil. Esses projetos se justificavam sob a alegação da importância e da necessidade

de ocupação de áreas vazias demograficamente, com discursos por parte do governo federal, de uma política desenvolvimentista e as práticas intervencionistas.

Segundo Corrêa (1989, p. 84) o volume da força de trabalho que para Amazônia se deslocou e as apropriações de terras pelas grandes empresas transformaram a região na “fronteira do capital”. As políticas que foram intensificadas fizeram com que houvesse um fluxo migratório favorecido por uma farta mão de obra barata.

Da década de 1960 a 1980 a população urbana regional elevou-se muito, Corrêa (1989, p. 84) destaca que:

Representando de 37,74% em 1960 passa a congregar 51,6% do efetivo total. Dois terços do crescimento urbano foram devido ao crescimento das cidades capitais – Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Macapá e Boa Vista – que, se concentravam 62,1% da população urbana regional em 1960, congregavam em 1980 64,3%.

A urbanização concentrada nas cidades capitais teve uma revalorização por parte do Estado em criar novas atividades urbanas. Outra contribuição veio por parte das empresas privadas que viabilizaram o desenvolvimento econômico e demográfico da região. Determinados núcleos que ficaram parados no tempo pelo declínio da borracha, foram revitalizados, outros foram favorecidos pelo alcance de grandes projetos, como o das grandes mineradoras que eram responsáveis pelo planejamento do seu núcleo urbano para abrigar seus funcionários.

Como já mencionado anteriormente, na Amazônia a estratégia de urbanização foi vista pelo Estado precisamente como uma forma de proteção das fronteiras brasileiras, isso produziu uma alteração na disposição espacial dos povoamentos, ocorridos pelos investimentos federais nas décadas que se seguiram, intensificando uma grande ocupação urbana na região.

Tudo isso desencadeou uma mudança interessante na estrutura existente, até então pequenas cidades tradicionais ribeirinhas que passaram à existir as margens dos rios, ocorrendo um novo modelo de ocupação, as cidades que surgiram às margens das rodovias. Isso porque até a década de 1960, na Amazônia a organização da vida da população se fazia em torno dos rios. A partir de então, e por decisões tomadas fora da região, os interesses se deslocam para o subsolo, para suas riquezas minerais e por uma decisão política de integrar o espaço amazônico ao resto do país (GONÇALVES, 2008, p. 79).

Estes povoados tiveram seu desenvolvimento também, a partir da construção das rodovias, com maior ênfase através da construção da rodovia Belém-Brasília.

O povoamento regional nas últimas três décadas alterou estruturalmente o antigo padrão, secular fundamentado na circulação fluvial. As rodovias atraíram a população para terra firme e para as novas áreas, abrindo grandes clareiras na floresta, e sobe o influxo da nova circulação a Amazônia se urbanizou e se industrializou, embora com sérios problemas sociais e ambientais (BECKER, 2009, p. 73).

As mudanças urbanas na Amazônia foram e possuem um processo complexo, que requer atenção aos meios envolvidos. Essa complexidade manifesta-se tanto no quadro natural quanto humano. Para Kampel *et al* (2001, p. 2) essas mudanças no crescimento urbano que ocorreram nas últimas décadas na Amazônia, “deve-se à diversificação das atividades econômicas e às mudanças populacionais resultantes, que reestruturaram e reorganizaram a rede de assentamentos humanos na região”.

É através do desenvolvimento urbano de um determinado lugar, (país, região, cidades) que a rede urbana se constitui e passa a ser um dos meios pelo qual a produção, circulação e o consumo se realizam efetivamente. “Entende por rede urbana, o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si.” (CORRÊA, 2006, p. 16).

Reportando novamente a Corrêa (2006, p. 7), para ele, a rede urbana constitui-se em temática relevante para a compreensão da geografia de uma região ou país. Em virtude de um crescimento intenso, do surgimento e transformação de suas cidades, a região Amazônica passa a configurar-se em redes, assim o autor define essa estrutura urbana Amazônica como sendo uma rede urbana.

Convém considerar ainda o que Sposito (2008, p. 48) descreve, “Deve-se ter em mente que as redes não se formam por acaso. Elas são resultados do trabalho de numerosos atores que, em diferentes lugares e momentos, e com capacidades distintas de ação, exerceram e exercem seu papel como sujeito da história”.

Segundo Becker e Egler (2011, p. 212) “Das estratégias de ocupação regional resultou também intensos conflitos sociais e ecológicos, principalmente com a expansão da pecuária, da exploração florestal e da mineração”. Porém, conforme apontam os autores, essas transformações ocorridas na região afetaram as mudanças ambientais globais, que vê na Amazônia uma potência em sua biodiversidade.

De fato, a Amazônia é rica, principalmente, em sua biodiversidade. Isso levou a ser inserida entre os temas de interesse do movimento ambientalista, tendo sido destacada a sua importância, como a maior extensão de floresta tropical do mundo, para o equilíbrio global do planeta (GONÇALVES, 2008, p. 59). Nesse contexto, esta permanece envolta de interesses nacionais e internacionais, sobre a biodiversidade e a riqueza ambiental existente em toda área

da Amazônia o que faz com que a região demonstre sua grandeza internacional (BECKER, 2009, p. 21).

No âmbito dessas particularidades, a autora destacou a grandeza da região que é cobiçada por outros países e assegura que:

A Amazônia é hoje uma floresta urbanizada, com os maiores índices de crescimento urbano dentre as demais regiões brasileiras, caracterizada por um modo de urbanização diferenciado do restante do país, exatamente por apresentar crescimento urbano em áreas de menor densidade populacional (BECKER 2009, p. 31).

Como foi observado anteriormente, esse crescimento urbano ao longo das últimas décadas na Amazônia, deve-se aos investimentos federais e, a uma série de fatores socioeconômicos que transformaram as formas de ocupação e o uso do solo.

Sobressaindo a pecuária e agricultura que, juntas são atividades importantes na introdução de estímulos externos devido a seu caráter intensivo que envolve grandes áreas, as mesmas antes predominantes nas regiões mais afastadas, abriram espaço para novas atividades, para tanto se realiza uma exploração devastadora da natureza.

Hoje, na Amazônia já se tem um aumento significativo de projetos motivados pela exploração tecnológica e no incentivo de possíveis alternativas econômicas e ambientais de desenvolvimento, um deles é o turismo. Nesse sentido, faz-se interessante ressaltar que Becker (1985) chama de floresta urbanizada as áreas que já nascem urbana, que podem ser entendidas como a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, muitas vezes se antecipando à expansão de várias frentes, e impulsionada pelo incentivo aos grandes empreendimentos e pela política de migração induzida e financiada pelo Estado. Dessa forma, novos núcleos foram criados na Amazônia, sobretudo em apoio a projetos de mineração, agropecuários e de colonização induzida (BECKER, 1990).

Dentro dessa conjuntura, Trindade Jr. (2011) afirma que se pode falar hoje, de uma urbanodiversidade regional para referenciar as diferentes e plurais realidades urbanas no contexto amazônico. Devido à grande diversidade do fenômeno urbano da região, valorizam-se, neste sentido, os elementos econômicos, sociais, políticos e os movimentos migratórios que participaram da formação do espaço, além do planejamento estatal capitalista, que avançou sobre a Amazônia, contribuindo para um aumento bem significativo do número de pequenas cidades na região.

Assim, na compreensão sobre a produção do espaço urbano é prioritário o entendimento do modo como às cidades estão internamente organizadas. Trindade Jr. *et al.*

(2008, p. 123) tendo em mente essa compreensão, enfatiza que as cidades na Amazônia evoluíram, junto apresentam diferentes padrões em suas espacialidades, a saber:

- a) “ribeirinho”, em que a evolução do espaço urbano da cidade ocorre tomando como referência o direcionamento dado pelo rio;
- b) “espontâneo”, que ocorre quando há evolução da malha urbana sem nenhuma referência espacial mais específica, inclusive da via fluvial, sendo geralmente associado a interesses mais particulares de agentes privados e às necessidades básicas da população, como a moradia;
- c) “rodoviário”, que consiste em um padrão cuja dinâmica de apropriação do espaço está direta ou indiretamente relacionada à circulação rodoviária, ou seja, definido e direcionado pelas estradas principais ou vicinais;
- d) e “predefinido” ou “dirigido”, que consiste em um padrão de ocupação do espaço com base em loteamentos públicos ou privados (TRINDADE Jr. *et al.*, 2008, p. 123).

O processo de urbanização na Amazônia segundo Higa (2011, p. 109), deu-se sobre várias condições conforme as particularidades vigentes, em diferentes períodos. No entanto, foi a década de 1960 que tornou um marco esse desenvolvimento na região, apontado como principal mentor o Estado Nacional, como já foi visto anteriormente, o mesmo deu sua contribuição para essa urbanização, compreendendo que, todo o processo de urbanização da região encontra-se ligado ao povoamento.

2.3 AMAZÔNIA SETENTRIONAL E O ESTADO DE RORAIMA

A Amazônia Setentrional é uma extensa área na região Amazônica constituída por características de natureza geográfica, sendo uma delas a sua localização: situada em grande parte no hemisfério norte (Figura 1). É uma imensa região, com 1,4 milhão de quilômetros quadrados (17% do território do país), compreende parte do estado do Amazonas com 33 municípios, os 15 municípios do estado de Roraima, 10 municípios do Pará e os 16 do estado do Amapá, abrangendo 74 municípios, 41 deles situados total ou parcialmente na *Faixa de Fronteiras*¹. Abriga apenas 2,7 milhões de habitantes e nela vivem 25% dos indígenas do Brasil. Possui 7, 4 mil quilômetros de fronteiras, com o Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (BECKER, 2009, p. 67). Esse espaço da Amazônia é considerado o mais setentrional.

Figura 1 – Mapa da Amazônia Setentrional



Fonte: Programa Calha Norte (PCN) adaptado pelo autor – 2014

¹ *Faixa de Fronteiras* - A Faixa de Fronteira, segundo a atual Constituição, é de até 150 km, e é considerada fundamental para defesa do território nacional, sendo que sua ocupação e utilização são reguladas em lei. A lei nº6. 634 de 2 de maio de 1979 regulamenta a Faixa de Fronteira, cujo regulamento está disposto no Decreto nº 85.064/80.

Nela também está inserido o Projeto Calha Norte (PCN), como parte dos programas que o governo federal criou para ajudar na segurança nacional da extensa fronteira da Amazônia. O PCN foi implantado em 1985, situado ao norte das calhas do rio Solimões, e do Amazonas ao longo das fronteiras com Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (BECKER, 1998, p. 80).

Sendo o Projeto Calha Norte, como já citado, de ordem estratégica, por intensificar a presença brasileira na fronteira e privilegiar sua ocupação, através das iniciativas do governo federal brasileiro para estimular uma maior articulação com os países vizinhos.

Sob a responsabilidade da Secretaria da Defesa Nacional, o PCN veio contribuir com políticas militares com soluções para os conflitos crescentes na área. Segundo Becker (1998, p. 82), sua função é garantir a presença estratégica e a movimentação tática das forças armadas no controle sócio-econômico-militar da região.

Nesta área mais setentrional do território nacional, Santos (2012b, p. 108) destaca a existência de uma Amazônia menos conhecida, inclusive por muitos amazônidas.

Possui uma vasta área de floresta ainda bem conservada ou transformada em grandes unidades de proteção ambiental e de reservas indígenas. “As populações indígenas têm um lugar extremamente significativo na imagem que se faz da Amazônia” (GONÇALVES, 2008, p. 70), ainda hoje há uma presença significativa de reservas indígenas com suas áreas demarcadas, outras homologadas. Há ainda, uma baixa densidade demográfica contrapondo-se a elevados índices de urbanização, mas apresenta uma urbanização constituída por pequenas cidades com intensas primazias e macrocefalia urbana, onde grande parte de seu território está localizado na faixa de fronteira internacional.

A urbanização da Amazônia setentrional se processou através de ocupações baseadas em estratégias do Estado Nacional, processos de produção agropecuária, projetos de colonização, mineração e ações especulativas, acarretando conflitos fundiários como posse incorreta da terra.

Leste, ao Norte e a Oeste 958 km de fronteira com a Venezuela (SILVA, 2008, p. 24). Nele se encontra o ponto mais extremo do País – o Monte Caburáí.

É um estado constituído por diferentes etnias, que no início de sua colonização pelos portugueses habitavam a região, principalmente do lavrado e as serras. Hoje, em conjunto com o Sul da Venezuela e com a Guiana, se constitui ainda com uma presença indígena marcante e conseqüentemente, de reservas delimitadas, demarcadas, homologadas, assim como de áreas de preservação ambiental (SILVA, 2008, p. 24).

A questão indígena, em Roraima tem sido importante no entendimento dos diversos conflitos ocorridos no estado ao longo das últimas décadas. No caso da faixa de fronteira, a área ao norte é privilegiada no que diz respeito à presença de indígenas, já que apresenta uma ocorrência de destaque nacionalmente. Roraima possui juntamente com o estado do Amazonas, a maior concentração relativa de indígenas do Brasil (IBGE, 2010).

Sua ocupação ocorreu ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Segundo Silva (2007, p. 22), a ocupação e povoamento se fizeram pelo povo não indígena, desencadeando o surgimento de povoados integrados a diferentes processos determinantes, culminando com a organização urbana atual roraimense.

Os processos determinantes destacados por Silva (2007, p. 56) ocorreram com as várias expedições relativas à questão de fronteiras, interesse naturalista e riquezas minerais. Descreve ainda Barros (1995, p. 45) que, tropas holandesas, inglesas e espanholas andaram pelo rio Branco, mas foram os portugueses que tomaram posse da área em 1639.

Também trouxeram para o Rio Branco, as primeiras levas migratórias, vindas principalmente do Nordeste, cujas raízes genealógicas constituíram as famílias e a população roraimense. O governo português, neste período, investiu em três fazendas estatais denominadas de fazendas reais e na construção do Forte São Joaquim (BARROS, 1995, p. 47). Portugal buscava com isso, assegurar a posse lusa nestas áreas da região Amazônica.

Mas é a partir de 1830, com o surgimento da fazenda Boa Vista, e no ano de 1858 com a instalação da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo da missão religiosa dos Carmelitas, que se dá origem a um pequeno núcleo urbano. É a partir desse pequeno núcleo que em 1890, se separa do município de Moura do estado do Amazonas e passa à categoria de município.

Dentro dessa conjuntura histórica, Veras (2009, p. 19) ressalta que, criado o município de Boa Vista do Rio Branco e quando a Vila de Boa Vista do Rio Branco torna-se sede do município em 1890 – ainda como parte da então província do Amazonas, permanece como vila sede do município até 1926. Mas é, em 1943, com a criação do Território Federal do Rio Branco, no então governo Vargas, que Boa Vista deixou de pertencer ao Amazonas, tornando-

se capital do território (STAEVIE, 2011, p. 73). E em 1988, torna-se estado da federação brasileira.

Segundo Oliveira (2008, p. 73), os anos de 1964 a 1988 são marcantes por grandes projetos voltados para colonização e integração física da região norte – notadamente exemplificado pela abertura da BR-174. Dado que, até a década de 1970 o acesso na região só era possível por transportes fluvial ou aéreo. A navegação, apesar da importância, era limitada, pela presença de muitas corredeiras em alguns trechos do rio Branco, sobretudo a partir do município de Caracaraí (OLIVEIRA E BETHONICO, 2013, p. 126). Isto dificultava a navegação e enfraquecia a circulação nesta porção do estado.

O rio Branco foi tão importante no povoamento de Roraima, que emprestou o seu nome ao Território Federal criado em 1943 (T.F. do Rio Branco). É a partir da fundação do rio Branco, em prover acessibilidade a estas terras setentrionais do Brasil, que se decifra o padrão de distribuição da população na superfície estadual até o começo dos anos de 1970 (BARROS, 1995, p. 13).

Como foi visto, o rio Branco deu a sua contribuição para o povoamento de Roraima, que a partir de 1970 tomou impulso com os programas de colonização agrícola e a “corrida do ouro”, levando milhares de pessoas de todo o país a exercer a atividade garimpeira no interior do estado (STAEVIE, 2011, p. 70). Isso provocou um fluxo migratório muito grande na região.

Além disso, ainda na década de 1970, a economia do estado passou por uma forte transformação, segundo Bethonico (2012, p. 3) os recursos e incentivos por parte do governo com instalação de infraestrutura, como estradas, energia, comunicação e espaços para produção agropecuária (assentamentos rurais e áreas para monocultura) foram redesenhando a paisagem roraimense.

A abertura das rodovias federais; BR-174 (Manaus – Pacaraima); BR-210 (Perimetral Norte) e BR-401(Boa Vista – Bonfim) se tornaram elementos significativos para essa transformação. A BR-174 que liga a cidade de Manaus até Pacaraima nos limites com a Venezuela é o principal eixo de integração do estado de Roraima. De fato, as construções das rodovias, tornaram-se fator relevante para o surgimento de novos municípios, como explica Bethonico (2012, p. 3) novas ocupações, com vilas que se tornaram cidades, entre elas, as frentes de assentamentos dirigidos que se instalaram por meio de ações de colonização do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) são marcantes na região.

A maior parte da colonização do estado situa-se ao longo das rodovias recém-abertas, como o Projeto de assentamento Dirigido Anauá, com 1850 lotes concedidos, nas BRs 210 e 174, e os Projetos Jatapu e Jauapery, juntos com mais de 2.600 lotes concedidos nos municípios de São João da Baliza e São Luiz do Anauá. Verifica-se uma imensa dispersão de colônias por quase todos os municípios do estado (BARROS, 1995, p. 91).

Na realidade, Roraima é um espaço que foi se transformando ao longo desses períodos, os agentes sociais excluídos foram os primeiros a produzirem e modificarem esse espaço. Dessa forma, Staevie (2011, p. 72) define que, a produção do espaço e a expansão urbana nascem da contínua necessidade da sociedade em atender a suas distintas demandas, em que o processo de produção é acompanhado permanentemente pela reorganização espacial.

A expansão urbana de Roraima decorreu de seu crescimento demográfico, cujo processo aconteceu a partir da década de 1970. Essa expansão ocorreu permitindo localizações e realocações das atividades e da população que no estado foi chegando. A urbanização está relacionada com povoamento e o surgimento de novos núcleos populacionais, ela também é vista dentro dessa reorganização espacial como um processo que viabiliza a aproximação dos lugares, em função das trocas, fortalecendo uma relação de dependência, que independente da função de cada espaço, contribui para as mudanças mais expressivas da rede urbana de qualquer lugar.

A estruturação da rede urbana na Amazônia Setentrional esteve sujeita às mesmas regras gerais da dinâmica econômica e política imposta à Amazônia desde a década de 1960, por conta da ação do Estado em integrar essa região a um plano de desenvolvimento e integração nacional através da inserção do grande capital (SANTOS, 2012a, p. 88).

Na Amazônia Setentrional, as cidades do estado de Roraima, fizeram um grande esforço para conseguir se estruturarem, foram recebendo cada vez mais, um número considerável de migrantes da região Amazônica e de toda parte do Brasil. Esses lugares, muitas vezes, não possuíam o mínimo de infraestrutura habitacional para acolher com dignidade seus habitantes. No entanto essas localidades mesmo pequenas, a partir do crescimento da sua população, foram dispostas a atender mesmo assim, a crescente busca por trabalho, educação, saúde, comércio e lazer.

2.5 AS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA E SUA IMPORTÂNCIA

As discussões e pesquisas referentes às pequenas cidades no Brasil cresceram nos últimos anos, e os estudos vêm sendo abordados por várias ciências e pesquisadores. Na geografia urbana, muitos são os geógrafos que demonstraram interesse com estudos direcionados a essa temática, visto que, atualmente no Brasil há um número muito grande dessas cidades.

O que seriam essas pequenas cidades? Costa² (2012b) descreve que, “estas cidades são pequenos aglomerados urbanos, com menos de vinte mil habitantes que se emanciparam recentemente ou foram fundadas há muitos anos”. Elas apresentam diversas particularidades dependendo do contexto regional em que se encontram, tiveram suas origens relacionadas com a expansão do capital e com as novas formas dadas ao espaço, geradas por grandes projetos, pelas revoluções tecnológicas e pela divisão técnica do trabalho.

Moreira (2007, p. 82) destaca que:

A cidade nasce a partir da divisão social do trabalho, que surge com o aperfeiçoamento das técnicas, possibilitando um aumento da produtividade do trabalho. Com a geração dos excedentes na produção, parte da população se disponibiliza para a realização de atividades não agrícolas.

A respeito dessa questão, Corrêa (2011, p. 6) oferece contribuição a este debate quando descreve que,

A pequena cidade é entendida como um núcleo de povoamento no qual certa parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços. A parte da população engajada em atividades agrárias é maior ou menor e isto pode levar a se pensar em um “continuum” rural-urbano, sem um rígido limite entre núcleos urbanos e núcleos rurais.

Para Figueiredo (2008) não existe ainda entre os pesquisadores, um consenso sobre o que seria uma pequena cidade e que critérios deveriam ser utilizados para a sua classificação.

Há uma variação de critérios para a classificação das cidades, Sposito (2008, p. 16) aponta que no Brasil, toda sede de município é considerado uma cidade. O autor consiste em ressaltar o Decreto Lei nº 311 de 2 março de 1938, que, em seu Art. 3º determina que, “A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”. Ela também é constituída pela

² COSTA, S. M. F. “A importância das pequenas cidades na rede urbana da Amazônia: um estudo comparativo entre Ponta de Pedras, PA, e Bonfim, RR” 2012, 21 p. Projeto de pesquisa a ser submetido ao Cnpq.

área urbana do distrito sede e delimitada pelo perímetro urbano estabelecido por lei municipal.

Ainda segundo Sposito (2008, p. 17), essa diversidade de critérios e referências para se definir o que é uma cidade, varia de acordo com cada país. “[...] mesmo que tenhamos outros critérios adotados em diferentes países, eles sempre se baseiam ora nos dados demográficos, ora nos limites administrativos”. A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, considera urbano qualquer agrupamento humano com mais de 20 mil habitantes.

Ressaltando ainda Sposito (2008) apresenta alguns critérios utilizados em outros países, para definir o que é uma cidade. A (Figura 3) retrata a classificação desses critérios.

Figura 3 – Diversidade de critérios para definir o que é uma cidade.

Países	Critérios
Portugal	População mínima de 8.000 mil habitantes.
Reino Unido	Núcleos definidos por uma forma de administração.
África do Sul	Núcleos definidos por uma forma de administração.
Dinamarca	250 habitantes, critério populacional (número de habitantes).
França	2000 mil habitantes, critério populacional (número de habitantes).
Holanda	20.000 mil habitantes, critério populacional (número de habitantes).
Japão	Apenas aglomerados com 30.000 mil hab. são considerados cidades.
Coreia do Sul	O número é de 40.000 mil habitantes.
Estados Unidos	Busca combinar o critério numérico com o administrativo.
Turquia	Busca combinar o critério numérico com o administrativo.
Noruega	Busca combinar o critério numérico com o administrativo.
Itália	Só é considerada cidade a aglomeração em que pelo menos metade da população não exerça atividades agrícolas.
Brasil	Considera o critério numérico e político-administrativo

Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Como mostra a (Figura 3), Portugal considera cidade o núcleo urbano que no mínimo tenha 8.000 mil habitantes, Reino Unido e África do Sul ambos levam em consideração a forma administrativa. Os países como Dinamarca, França e Holanda considera o critério populacional que vai de 250 a 20.000 mil habitantes, enquanto que no Japão e na Coreia do Sul, países bastante populosos o número de habitantes para considerar cidades está entre 30.000 e 40.000 mil. Para Os Estados Unidos, Turquia e Noruega todos buscam combinar o critério numérico com o administrativo. Já o Brasil considera o critério numérico (IBGE) e político-administrativo.

Desses países somente a Itália considerada cidade a aglomeração em que pelo menos metade da população não exerça atividades agrícolas.

Estas variações de cada país apresentam sua interpretação de classificação das cidades, revelam à importância e à complexidade delas, que com suas particularidades e contradições (re) produzem o espaço urbano.

Destarte, essas diversidades dizem respeito, sobretudo ao desenvolvimento das contradições, dos conflitos socioeconômicos, político-administrativo, ambientais e culturais, de uma variedade de manifestações que alteram, transformam, determinando assim a história desse lugar.

No entanto, o tamanho de uma cidade é muito importante, uma vez que se poderá diferenciar uma cidade de outra, como também explicar tais diferenciações.

No Brasil, o número das pequenas cidades é bem expressivo. Segundo o IBGE (2000) existia 5.507 cidades das quais 4.980 possuíam uma população de até 50.000 habitantes, a dimensão das cidades normalmente é medida através do contingente populacional, ou ainda do número de habitantes. Porém, os estudos mostram dificuldades para se classificar e definir critérios para determinar o que é uma pequena cidade.

Baseado no Estatuto das Cidades que estabelece as diretrizes gerais da política urbana através da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, e no IBGE (2010) que classifica as cidades quanto ao porte é considerado o número populacional. Considera-se vila os assentamentos com menos de 2.000 habitantes, já as cidades pequenas, médias e grandes a partir dos seus contingentes populacionais definindo assim: as pequenas cidades como sendo aglomerado populacional inferior a 100.000 habitantes. Desse número, até 500.000 habitantes é nomeado de cidades médias e acima de 500.000 habitantes, denominadas de grandes cidades, este critério tem sido adotado pelo IBGE e pela maioria dos estudos que abordam esse assunto.

Para caracterizar os critérios de pequenas cidades, na pesquisa utilizou-se de dados do IBGE e autores que estudam o conceito delas, não evidenciando a penas o fator demográfico mais também fatores econômicos, políticos e sociais.

Praticamente não se pode deixar de considerar a contagem populacional quando se quer pensar sobre o que se denominou de pequenas cidades, mas por outro lado, não se pode partir unicamente deste dado. Ao relacionar os elementos que classifiquem as cidades em pequenas, podem-se considerar as expressões de funcionalidades específicas de cada localidade, pois, mesmo que se enquadrem em uma mesma faixa de número de habitantes, há, ainda, muitas especificidades entre estes espaços.

Segundo Santos (2010, p. 117) que cita o termo “cidades locais” referindo-se aos aglomerados populacionais com uma extensão mínima, que “deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras

especializações do espaço”, respondendo às “necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações”.

Essas cidades apresentam papéis importantes no seu desenvolvimento urbano local e, muitas vezes, regional, visto que os equipamentos urbanos são necessários para elas, principalmente para gerar uma melhor qualidade de vida a sua população.

Equipamentos urbanos aqui são todos os bens de utilidade pública destinada à prestação de serviço indispensável ao funcionamento de uma cidade. O autor considera que nas “cidades locais”, os poucos equipamentos são suficientes para atender à dinâmica da população.

Após esta explanação, fica evidente o uso do termo “cidade locais” para aquelas cidades localizadas em regiões que se modernizaram ou que apresentam transformações espaciais em função principalmente dos avanços tecnológicos.

O estudo das pequenas cidades, cujos papéis embora não seja em âmbito mundial, estão inseridas em redes urbanas e também desempenham funções econômicas significativas, menores sim, porém importantes, para a região (MANFIO E BENADUCE, 2011).

Para Santos (2008, p. 58) “Hoje, cada cidade é diferente uma da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferença”, como explica o autor,

A rede urbana é cada vez mais diferenciada, é cada vez mais complexificada; cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas de realização da vida econômica e social de tal maneira que toda simplificação no tratamento dessa questão precisa ser superada. “[...] Há, pois, diferenciação extrema entre os tipos de urbano. Houve um tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou” (SANTOS, 2008, p. 58).

O espaço urbano brasileiro é intensamente diverso, este se dá pelo conjunto de informações e caracterizações que compõem as suas cidades, tais como diferenças de tamanho, número de habitantes, dinâmica econômica, política e cultura. Enfim, essa diversidade parece ser relevante pelo fato das estatísticas oficiais e análises tomarem por base o que se denomina o conjunto de cidades do território brasileiro.

Observando alguns estudos sobre as pequenas cidades, verifica-se que muitas delas têm passado por processos que as levam a perder papéis, já em outros casos, conseguem incorporar novos papéis e certo dinamismo.

É o caso de Juazeiro do Norte, no Ceará através de atividades religiosas; outra é Ponta de Pedras no Pará, que tem na agropecuária a sua atividade predominante, mas se destaca como o segundo município brasileiro na produção do açaí, contribuindo na economia local,

Parintins na cultura do “festival folclórico de Parintins” um dos maiores eventos populares da região Norte do Brasil. Nesse sentido, Coutinho (2011, p. 86), da sua contribuição destacando que,

As cidades pequenas não se restringem somente à dimensão local, nem menos podem ser caracterizadas apenas como espaços destinados ao abastecimento das necessidades básicas da população residente nas áreas rurais que fazem parte dos municípios, nos quais os centros urbanos estão localizados, isso porque na era das redes aumenta o poder de articulação entre as cidades, incluindo as de pequeno porte, mesmo em menor proporção, quando comparadas com os grandes centros.

Essas pequenas cidades são vistas como uns núcleos de povoamentos, no qual a população está dividida em diferenciadas proporções: atividades ligadas ao setor urbano e atividades rurais. Isso faz com que, elas sejam caracterizadas como uma transição, com uma maior integração do rural-urbano, sem que haja um rígido limite entre elas.

Santos (2012b) ressalta que para ser uma pequena cidade não basta ser um núcleo urbano, mas deve haver um padrão dominante no que diz respeito à presença da função político-administrativa.

Nota-se que não se possui um padrão para definir as pequenas cidades, e sim diversas formas de entendê-las. Apesar de serem bastante representativas no quadro total das cidades brasileiras, elas, hoje, na região Amazônica, tornam-se a maioria.

O Censo Populacional, IBGE (2000), contabilizou mais de 638 cidades-sedes de municípios com menos de 20.000 habitantes ou aproximadamente 85% do total das cidades-sedes na região. Em 2010, as cidades com menos de 20 mil habitantes representavam 64% do total (COSTA, 2012a, p. 60).

Na Amazônia, nas últimas décadas, houve um aumento muito expressivo dessas pequenas cidades. De um modo geral, houve uma mudança na produção dessas localidades, isso se deu devido ao maior acesso à tecnologia, ao conhecimento e à educação, favorecendo oportunidades para uma maior inserção e formação de profissionais especializados nessas localidades. E que os agentes sociais contribuem para essa reprodução.

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros seguimentos da sociedade (CORRÊA, 2011, p. 43).

Outras estão inseridas no processo direto da produção. Com isso, é ampliada a atuação do papel político, com as funções de controle das atividades econômicas, não só na tributação da produção local, mas inserindo-se em uma rede que ultrapassa o local. No entanto, apesar dessa mudança o papel político das pequenas cidades ocorre em âmbito local.

Esses pequenos aglomerados, muitas vezes, são lugares da regulação do que se faz no campo. É neles que são efetuados os mais variados procedimentos burocráticos, trâmites, compras, financiamentos, negócios, contratações, treinamentos, entre outras atividades.

Apesar das conhecidas limitações ao acesso de tecnologia e informação em pequenas localidades rurais, essa situação na atualidade já é bem menos expressiva do que foi no passado. O formato que uma cidade vai adquirindo é o resultado dos diversos agentes e fatores combinados no espaço e no tempo, desenvolvido por uma dinâmica socioeconômica.

Destaca também Costa (2012),

O estudo das pequenas cidades vem auxiliar a “compreender a Amazônia, não porque são importantes do ponto de vista político, mas porque são lugares em que pulsam modos de vida que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominante em outras regiões do Brasil”.

Oliveira (2004, p. 01) ressalta ainda, que, a vida nas (das) pequenas cidades está ligada ao rio e à floresta. Elas trazem funções definidas em grande parte, pela lógica global que rege a sociedade, pela posição ou situação geográfica que ocupam e pelos papéis político e administrativo que desempenham.

A questão das pequenas cidades urbanas da Amazônia é importante porque tem muito a ver com a expansão urbana, com o desenvolvimento que se deu na região nas últimas décadas, como também aos problemas ambientais. Tais problemas levaram o estado federal a criar estratégias.

As pequenas cidades da Amazônia desempenham um papel fundamental na articulação produtiva regional, pois um amplo leque de estratégias territoriais – composto por áreas protegidas em macro escala – não permite o seu povoamento pleno (HUERTAS, 2009, p, 201).

Algumas dessas localidades se encontram em áreas demarcadas (indígenas), muitas com dificuldades para o seu desenvolvimento, mas mesmo assim essas cidades buscam desempenhar seu papel de base logística, impulsionada pelo incentivo aos grandes empreendimentos e pela política de migração induzida e financiada pelo Estado.

As cidades surgidas na Amazônia tiveram uma grande contribuição através das políticas desenvolvimentistas, elaboradas e implantadas na região, promovendo uma injeção

do capital externo, pela implantação das rodovias estaduais e nacionais, como nos apresenta Rodrigues (2013, p. 11).

Além desses, outros fatores que contribuíram para esses surgimentos foi as grandes oportunidades de serviços a viajantes, aos inúmeros migrantes: colonos, administradores dos projetos, os trabalhadores de madeireiras que chegaram em grande quantidade, nos meados dos anos de 1970 até 1985/ 1988 (BARROS,1995, p. 30). Não só o comércio favoreceu para o surgimento das pequenas cidades nesta região da Amazônia, elementos articulados, contribuíram para que a rede urbana pudesse fluir proporcionando acessibilidade a todas as variáveis que constituem uma área urbana.

Além disso, Corrêa (2006, p. 230) explica que:

Em face das mudanças na esfera produtiva e nas relações de produção, envolvendo a ocupação espontânea ou dirigida da região, a abertura rodoviária, a implantação de grandes projetos agropecuários, de mineração, hidrelétricos e ligados à industrialização, verificam-se transformações na rede urbana que, simultaneamente, refletem e viabilizam essas mudanças.

A todo o momento cada pequena cidade com suas especificidades se readaptam a uma nova realidade para atender às novas e constantes mudanças pelas quais a sociedade está passando. Tendo em vista o crescimento e as mudanças das pequenas cidades da Amazônia, destacando a sua articulação em rede urbana e reconhecendo o seu papel na estruturação, elas tiveram e têm muito a contribuir com o desenvolvimento da Amazônia setentrional.

A realidade brasileira e a localização dessas cidades nos levam a entender que as mesmas se apresentam de suma importância para o país. Santos (1988, p. 46) explana que, “as cidades pequenas ou grandes, enquanto lugares, são singulares e uma situação não é semelhante a outra, e cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem ser comuns a vários lugares”.

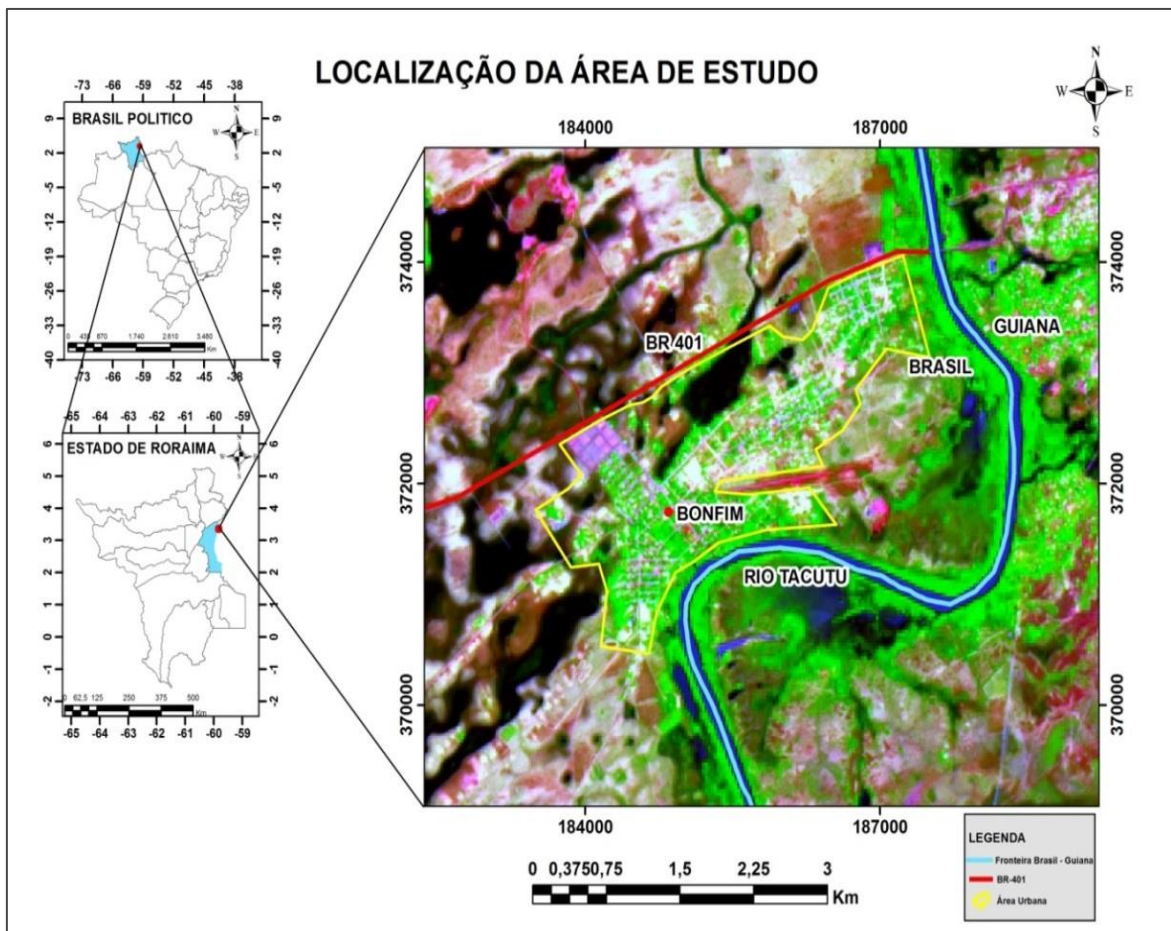
Portanto, a importância das cidades pequenas se faz tanto em escala regional quanto nacional. Para Sposito (2008, p. 34) a solução, enfim, é entender as diferentes dinâmicas que se articulam nos espaços urbanos, sejam eles de cidades pequenas, médias ou grandes. Sabendo que esses espaços são constantemente alterados visando à viabilização da vida cotidiana.

3 BONFIM UMA PEQUENA CIDADE NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

O município de Bonfim, segundo dados do IBGE (2010), está situado na porção Centro-Oriental do estado de Roraima, na mesorregião Norte, microrregião Nordeste. Limita-se ao Norte com o município de Normandia; ao Sul com o município de Caracaraí; a Oeste com Boa Vista e Cantá e a Leste com a República Cooperativista da Guiana.

Ocupando uma área de 8.095,420 km² que corresponde a 3,61% do território de Roraima, com densidade demográfica de 1,35 hab./Km², localizado à margem esquerda do rio Tacutu. Possui uma área de limite internacional com a Guiana de 964 Km² – faixa considerada de segurança nacional, e de posição estratégica às relações internacionais (IBGE, 2010). No mapa abaixo (Figura 4), pode ser verificado a localização da área de estudo.

Figura 4 – Mapa de localização da cidade de Bonfim



Fonte: Elaborado pelo autor - 2013

A população do município é de aproximadamente 10.943 habitantes entre zona urbana e rural. Desse total, 3.711 pessoas vivem na zona urbana e 7.232 na zona rural³ (IBGE, 2010). A composição étnica da população é formada por brancos, índios, caboclos, mulatos e negros.

A cidade de Bonfim encontra-se a 125 km de Boa Vista capital do estado, o acesso é pela BR-401. Os municípios mais próximos que interliga a sua sede são: Normandia 90 km e o município do Cantá 130 km.

Bonfim, localizado no Nordeste do estado de Roraima, teve seu surgimento na última década do XIX através de um grupo de nordestinos possivelmente procedentes de alguma fazenda fundada às margens do rio Branco e de seus afluentes, seu nome é uma homenagem ao Nosso Senhor do Bonfim (estado da Bahia) proferido pelo senhor Manoel Luiz da Silva (SILVA, 2007, p. 107).

Ainda, segundo Silva (2007, p. 108), “entre 1910 a 1920, surgiram os primeiros núcleos de comércio que atendiam à demanda de carne, parte da República Cooperativista da Guiana”. Demonstrando assim um crescimento econômico e demográfico principalmente através da expansão da pecuária nessa área.

Separado pelo rio Tacutu da antiga Guiana Inglesa, mais precisamente da cidade de Lethem, a expansão agrícola e pecuária determinou seu crescimento. O começo da produção agropecuária, com gado proveniente da fazenda São Marcos, se deu no princípio do século XX com a criação da primeira fazenda de gado de propriedade de um ex-militar que prestou serviços no Forte de São Joaquim, o pernambucano Antônio Vicente da Silva (SILVA, 2007, p. 108).

Mas foi a partir das décadas de 1930 a 1960, que o município apresentou uma taxa de crescimento demográfico bem significativo. Várias famílias chegaram e ali formaram uma pequena vila. As atividades com o garimpo surgido na região contribuíram para que a mesma tivesse um crescimento econômico e urbano bem expressivo, outra contribuição veio com a implantação da rodovia BR-401 ligando Bonfim à capital Boa Vista.

Com isso, “[...] o surgimento de vila que originou a cidade de Bonfim, foi fruto de uma política de ocupação empreendida pelo governo federal. O presidente Getúlio Vargas implantou uma política de ocupação e valorização da Amazônia [...]” (OLIVEIRA E BETHONICO, 2013, p. 131). Getúlio Vargas, já havia efetivado a “Marcha para o Oeste”, uma das suas primeiras ações, que se tornou um poderoso estímulo à política de interiorização do Brasil.

³ A zona Rural do município de Bonfim é constituída também pelas áreas indígenas.

Após 1964, no período militar, havia por parte do governo federal, uma preocupação com as fronteiras da região Amazônica com os países vizinhos. Com o argumento de uma segurança nacional, deu-se início, com prioridade máxima, a ocupação da Amazônia.

Por outro lado, é importante salientar a relação entre Bonfim e Lethem, que segundo Silva (2007, p. 73) destaca a importância do município como um ponto de defesa nacional do país.

Bonfim e Lethem estão divididas pelo rio Tacutu, tendo uma interação que se reflete nas relações comerciais de bens de primeira necessidade. Bonfim, desde 1960, quando se instalou o Primeiro Pelotão Especial de Fronteira, mantém um processo de guarda na fronteira internacional.

Bonfim foi um dos municípios que recebeu incentivo e preocupação por parte da federação nacional. Segundo Silva (2007, p. 109), em 1965 ocorreu a instalação do 1º Pelotão Especial de Fronteira, que dinamizou com a presença das famílias dos militares o pequeno mercado local. Isso levou à construção de obras que contribuíram para o desenvolvimento, tais como a pista de pouso, o quartel do pelotão e uma vila militar.

Ainda por parte do governo federal, com o objetivo de priorizar o povoamento nas áreas de fronteiras sobressaem-se as políticas de assentamentos com o objetivo de formação de grupos populacionais provindas da migração de outras regiões, principalmente do nordeste que se via castigado pela seca. Isso veio contribuir para o crescimento da população, demonstrando um período de um progresso relevante para o município.

No entanto, somente em 1982, a vila passou à condição de município no dia 1º de julho, através da lei federal nº. 7009.

A sede de Bonfim encontra-se ainda conurbada à cidade guianense de Lethem, constituindo uma aglomeração urbana transnacional. As duas cidades encontram-se separadas apenas pelo rio Tacutu, sobre o qual passa a ponte Brasil - Guiana, numa extensão da BR-401. São consideradas ainda como cidades gêmeas⁴, segundo Becker (2009), já que suas sedes municipais estão localizadas na faixa de fronteira, cidades vizinhas.

Como explica Becker (2009, p. 60) existe um fluxo pendular, entre as cidades gêmeas de Bonfim e Lethem, representado pelo deslocamento de residentes da Guiana para trabalhar

⁴ Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL GABINETE DO MINISTRO - PORTARIA Nº 125, DE 21 DE MARÇO DE 2014 - DOU de 24/03/2014 (nº 56, Seção 1, pág. 45).

e estudar no Brasil. Hoje, após a inauguração da ponte que liga os países, muitos brasileiros do município de Bonfim se deslocam para trabalhar no comércio em Lethem.

Outra característica que Bonfim apresenta, é de possuir uma grande extensão de terra indígena. A população indígena é quase metade do total da população do município, Bonfim possui 8.131 Km², 21% dos quais, 1.756,73 Km² são áreas indígenas Macuxi e Wapixana, significando 21,60% em relação à área total do município, algumas delas homologadas.

Segundo dados do IBGE (2010), a população indígena esta localizada tanto na área urbana com um total de 344 indígenas, como nas comunidades indígenas conforme a (Tabela 1), somando um total de 4.655 habitantes, correspondendo a 42,47% de sua população total.

Tabela 1 – Comunidades Indígenas, região de Bonfim.

Comunidades Indígenas região de Bonfim	Número de habitantes
Bom Jesus	107
Jabuti	307
Jacamim	1.518
Manoá-Pium	2.009
Moskou	559
Muriru	155
Total de habitantes	4.655

Fonte: IBEGE – 2014. Elaborado pelo autor

Para Oliveira e Bethonico (2013, p. 124) o aspecto quantitativo da população indígena revela-se importante também em termos qualitativos, pois ela participa ativamente de muitas decisões relacionada ao município, tanto no aspecto político como econômico.

Bonfim é caracterizado por uma diversidade de paisagens que constrói um cenário singular nesta área da Amazônia Setentrional. O seu relevo é predominado por superfície plana (80%) denominada planície dos campos gerais, com altitudes entre 100 a 200 metros, com áreas inundáveis. Registram-se também áreas de elevações isoladas (10%) e relevo fortemente ondulado (10%), segundo dados da pesquisa feita pela Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN, 2014, p. 12).

O município possui clima do tipo quente e semiúmido, com cinco a seis meses secos e duas estações bem distintas: verão (época seca) de outubro a março e inverno (época de chuva) de abril a setembro. A média da temperatura anual é de 27,5°C e a precipitação pluviométrica é de 1.500 a 2.000 mm. A cobertura vegetal é formada por dois tipos: savana (gramíneo-lenhosa) e floresta ombrófila densa (SEPLAN, 2014, p.12).

Sua hidrografia se destaca em relação aos rios Branco, Tacutu e seus afluentes. Sendo seu principal rio o Tacutu, que nasce na serra Acari, na fronteira da Guiana, seus principais afluentes são os rios: Jacamim, Arraia e Urubu todos à margem esquerda. Os igarapés que compõem esse cenário são: igarapé do Veado, da Galinha, Cumaca, Manda Urucum, do Juau, da Onça, Javari, do Caju, da Iara, do Xua e do Cupim.

Entre os pontos turísticos de Bonfim, sobressaem-se as Ruínas do Forte São Joaquim - símbolo da resistência portuguesa às invasões espanholas, sendo também o marco da história do estado. O Forte foi tombado pelo patrimônio histórico em 22 de abril de 2001 (SEPLAN, 2014, p. 56).

Outro é a ponte Olavo Brasil Filho sobre o rio Tacutu, ligando a cidade de Bonfim a Lethem, após sua inauguração tornou-se um importante turismo de negócio. A nova infraestrutura do espaço dinamizou a convergência dos países, diminuindo as desigualdades regionais, unindo culturas e favorecendo a economia, motivada pelo comércio de mercadorias importadas do país vizinho.

Neste contexto, na região destacam-se pequenos lagos situados nas proximidades da área urbana, oferecendo à população e aos visitantes uma opção de lazer. A (Figura 5) demonstra um deles, o “Lago da Vaca”.

Figura 5 - Lago da Vaca



Fonte: arquivo pessoal, 2014.

Quanto aos aspectos culturais, o município não dispõe de locais que realizem a produção cultural, como: teatro, museu ou cinema. Entretanto, há uma vez ao ano a festa da Vaquejada – 1ª semana de março, a festa da Melancia e o aniversário do município. Estas festas tornaram-se tradicionais, fazendo parte do calendário de eventos da cidade, as mesmas proporcionam um elevado fluxo de visitantes, havendo uma movimentação econômica, neste período, na cidade.

Quanto ao aspecto econômico, o município desenvolve atividades ligadas à agricultura, aos serviços públicos e privados.

No que se refere ao setor agropecuário ele se apresenta como um importante componente da economia local, destacando a produção de arroz, soja, milho, melancia e mandioca. Toda essa produção está concentrada nas colônias agrícolas de São Francisco, Taboca, Nova Esperança e Cercadinho. Bonfim apresenta-se como o principal produtor de arroz irrigado do estado, com perspectivas de expansão da cultura.

Ainda com relação à agricultura, o município possui grande potencial para a soja (na região do Tucano) e para culturas de ciclo curto, a exemplo da melancia, da acerola e do maracujá (SEPLAN, 2014, p. 59).

Quanto a pecuária o município, mostra um potencial para o rebanho de bovinos, aves, suínos, equinos e caprinos.

Para os produtos de origem animal destaca-se a produção de mel, leite e ovos. Havendo também uma relevância nos produtos do extrativismo vegetal, tais como lenha, madeira em tora e carvão vegetal.

Desde o início de sua formação, a cidade de Bonfim traz uma história de dependências que se perpetua até os dias atuais. O município é visto como um dos núcleos urbanos mais antigos do estado de Roraima, visto que no final do século XIX, já existia um pequeno aglomerado urbano procedente da expansão da pecuária.

Foi a partir da instalação da fazenda do Nosso Senhor do Bonfim, que posteriormente tornou-se o embrião da cidade. Esse fato deu origem a uma pequena organização espacial que crescia com a população migrante que chegava através: da implantação dos pelotões de fronteiras, das políticas de ocupação empreendida pelo governo federal e dos garimpos.

O povoado tornou-se vila, a mesma tinha suas funções limitadas, porém, com o aumento da população passou-se a exigir uma maior participação do poder público na instalação de uma infraestrutura urbana, considerando principalmente os serviços de saúde, saneamento básico, educação, energia, água, serviço de comunicação e políticas habitacionais. Essas necessidades contribuíram para a emancipação.

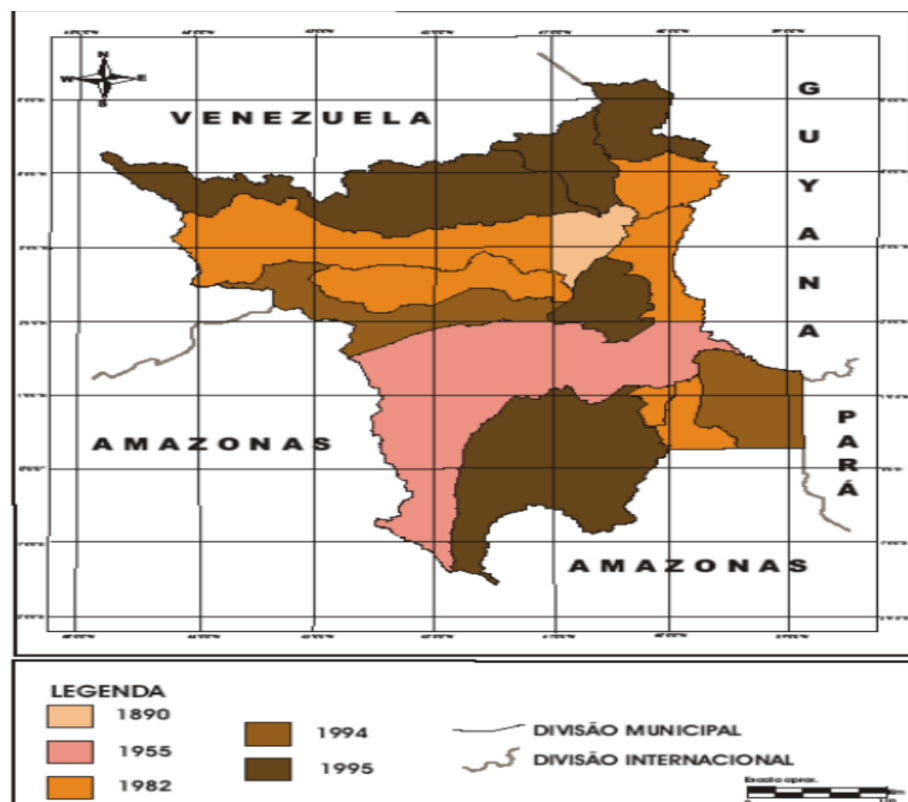
Na perspectiva jurídica administrativa a emancipação veio trazendo um importante salto evolutivo passando do *status* de vila para cidade de Bonfim.

Segundo Thèry & Mello (2005, apud SILVA, 2007, p. 160) ressalta que,

Poucos municípios foram criados no Brasil, no período entre 1964 e 1985. Em Roraima devido à necessidade de instalar o poder Nacional nas fronteiras, e pelo crescimento populacional do território, em 1982 foi aprovada a Lei N° 7009 de 1 de julho, instituindo novos municípios, três com terras emancipadas de Boa Vista e três de Caracarái.

O estado de Roraima, juntamente com a criação das colônias agrícolas, teve um profundo impacto na população local. Houve um aumento em toda região do estado, a tendência de crescimento continuou durante anos, culminando para uma (re) divisão de algumas áreas já estabelecidas como município, foi o caso de Bonfim que cedeu parte de sua área para a criação do município do Cantá. O mapa (Figura 6) do processo de desmembramento ocorrido no estado de Roraima em 1982 demonstra a extensão das cidades, estas, decorrente de seus crescimentos demográficos.

Figura 6 – Mapa Fragmentação da malha municipal do Estado de Roraima. Ano das emancipações – 1982.



Fonte: Biblioteca da Imprensa Oficial de Roraima
Elaborado por Rafael da S. Oliveira (2007).

Bonfim passou à categoria de município através da Lei nº 7009 de 1 Julho de 1982, deixando de ser uma simples vila, tornando-se cidade em um processo que teve como resultado a configuração espacial que hoje conhecemos. No entanto componentes importantes contribuíram no processo de (re) produção desse espaço tais como: incentivos das atividades garimpeiras, a implantação dos projetos de assentamentos rurais, por ultimo os concursos públicos, constituindo assim um amplo crescimento de sua população.

Assim como Bonfim, os municípios de Alto Alegre, Normandia, Mucajaí, São João da baliza e São Luiz do Anauá, tiveram com a emancipação significativas mudanças na configuração urbana de suas cidades.

Os dados da (Tabela 2) apresentam a situação demográfica dos municípios logo após a emancipação e o que se passou depois de decorrido algumas décadas.

Tabela 2 – Municípios emancipados em 1982 e registro da população no censo demográfico pós-criação até 2010.

Municípios e ano de emancipação	Terras emancipadas a	População		
		1991	2000	2010
Alto Alegre - 1982	Boa Vista	11.211	17.907	16.448
Bonfim - 1982	Boa Vista	9.478	9.326	10.943
Normandia - 1982	Boa Vista	11.188	6.138	8.940
Mucajaí - 1982	Caracaráí	13.308	11.247	14.792
São João da Baliza - 1982	Caracaráí	10.143	5.091	6.769
São Luís - 1982	Caracaráí	9.106	5.311	6.750

Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor 2014.

Os dados registrados na tabela mostram o número da população de alguns municípios no primeiro censo pós-emancipação. No caso do município de Bonfim, o que chama atenção, é que no censo de 1991 o município contou com uma população bastante significativa, mas que, no censo de 2000 demonstra um decréscimo.

A explicação para este fato está ligada, principalmente, a três processos: *o de partilha territorial, os projetos de colonização e o fechamento dos garimpos*. Quanto ao primeiro, a partir de Bonfim ocorreu o desmembramento surgindo o município do Cantá criado em 1995, como consequências houve perda de população. No que diz respeito ao segundo, os programas dos governos federal e estadual de criar projetos de colonização incentivando aos migrantes a ocuparem as áreas rurais, houve com isso uma grande expansão das atividades

agrícolas e pecuárias. Já o terceiro com o fechamento dos garimpos, houve uma migração dos garimpeiros para outras áreas de garimpos assim como para a capital do estado.

Neste período a zona rural teve papel relevante para o município, e ainda tem até hoje podendo ser visto na (Tabela 3). Dos 15 municípios roraimenses (IBGE, 2010), Bonfim é um dos que possui até 3.711 mil habitantes, concentrando em sua sede urbana (33%) da população, já sua população rural é de 7.232, como citado anteriormente, maior que a urbana.

Em Roraima dos 15 municípios a maioria possui uma população urbana pequena, ou seja, 10 deles apresentam uma população rural superior à população residente na área urbana. Além disso, segundo Silva (2007, p. 185),

Essa realidade está correlacionada, em parte, aos projetos do estado, que provocaram a atração de migrantes para Roraima, motivado pela oferta de terras e de benefícios sociais, enquadrando-se num programa de assentamento rural de famílias de trabalhadores sem terras, sendo o INCRA o seu principal agente incentivador.

Tabela 3 – População total urbana e rural com percentual na sede municipal e indicação da área total com densidade demográfica dos municípios do estado de Roraima (2010).

Município	Total	Urbana	Rural	Urbana na sede municipal (percentual)	Área total Km ²	Densidade demográfica da unidade territorial hab./Km ²
Alto Alegre	16.448	4.780	11.668	29,00%	25567,0	0,64
Amajari	9.327	1.219	8.108	13,00%	28472,3	0,33
Boa Vista	284.313	277.799	6.514	97,00%	5687,0	49,99
Bonfim	10.943	3.711	7.232	33,00%	8095,4	1,35
Cantá	13.902	2.257	11.645	16,00%	7664,8	1,81
Caracaráí	18.398	10.910	7.488	59,00%	47410,9	0,39
Caroebe	8.114	3.324	4.790	40,00%	12066,2	0,67
Iracema	8.696	4.078	4.618	46,00%	14409,6	0,60
Mucajáí	14.792	8.935	5.857	60,00%	12461,2	1,19
Normandia	8.940	2.311	6.629	25,00%	6966,8	1,28
Pacaraima	10.433	4.514	5.919	43,00%	8028,5	1,30
Rorainópolis	24.279	10.673	13.606	43,00%	33594,0	0,72
São João da Baliza	6.769	4.755	2.014	70,00%	4285,0	1,58
São Luiz	6.750	4.455	2.295	66,00%	1526,9	4,42
Uiramutã	8.375	1.138	7.237	13,00%	8065,5	1,04

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Adaptado pelo autor 2014.

Dados populacionais expõem também, que dos 15 municípios de Roraima, a grande maioria é considerado de pequeno porte, possuem uma população inferior a 10.000 mil

habitantes. 6 entre 10.000 a 20.000, apenas Rorainópolis se encontra entre 20.000 a 50.000 e a capital Boa Vista com contingente populacional entre 100.000 a 500.000 habitantes, considerada como uma cidade média conforme a (Tabela 3).

3.1 BREVE CONSIDERAÇÕES DO URBANO EM PACARAIMA

Assim como Bonfim, Pacaraima se encontra em área de fronteira com a Venezuela. Está localizado, na região centro-norte do Estado de Roraima, limitando-se ao Norte com a República da Venezuela; ao Sul com os municípios de Boa Vista e Amajari; a Leste com os municípios de Normandia e Uiramutã e a Oeste com o município de Amajari.

O município ocupa uma área de 8.028.463 km², apresentando uma população de 10.433 habitantes, desse contingente, 5.919 residem na área rural enquanto 4.514 são residentes da área urbana (IBGE, 2010). Pacaraima está situada em um vale cercado de serras, predominando um clima serrano, bastante ameno, cobertura vegetal predominante é de savana estépica, com áreas de floresta densa. Os principais rios que banham o município são: Surumu, Cotíngo e Parimé.

Pacaraima foi criado pela Lei nº 096, de 17 de outubro de 1995 e está localizado na região norte do Estado. A sede municipal encontra-se a 215 km de Boa Vista, o acesso é pela rodovia BR-174. A ocupação da área onde hoje o município se encontra localizado, surgiu numa fase onde o governo federal objetivava uma política de integração da Amazônia à economia nacional, reivindicando prioridade máxima à segurança nacional das fronteiras do Brasil nessa região. Rocha e Silva (2012, p.45) Explicam que,

As fronteiras, da região Norte do Brasil despertaram interesses nacionais e internacionais, mais precisamente a partir da década de 1960, baseado na doutrina de segurança nacional e com objetivo básico de implementar um projeto de modernização para o país, o “Estado Brasileiro” passou a viabilizar a expansão e ocupação econômica da fronteira amazônica, de forma de criar condições para a reprodução do capital. Nesse processo, encontra-se a formação de unidades de produção e consumo, baseados na urbanização.

O seu núcleo urbano iniciou-se com o período de militarização do Brasil entre 1964 e 1985, nessa ocasião, foi instalado os pelotões de fronteira entre Brasil e Guiana na região de Bonfim, Brasil e Venezuela em Pacaraima (SILVA, 2007, p. 145). Isso fez com que houvesse um deslocamento de militares para a região, acarretando a necessidade de criação de vilas para recebê-los junto com seus familiares.

Ainda segundo Silva (2007, p.136), a sede do município originou-se de uma vila denominada BV-08 (Marco de Fronteira Brasil Venezuela de número 08), habitada principalmente por militares e seus familiares que ali se instalavam dentro da política de ocupação da fronteira.

O aglomerado mais próximo do marco era a pequena colônia da comunidade de Sorocaima, lá foram acolhidas as pessoas que chegavam de outras regiões do país em busca dos garimpos de ouro na Venezuela.

Com o tempo, houve um fluxo migratório para a vila de BV-08, a mesma já possuía uma pequena infraestrutura urbana, a migração veio contribuir com o processo de ocupação e o crescimento do município que se intensificou, sobretudo com a construção da BR-174, junto com os projetos de assentamentos rurais para famílias sem terra. O município se manteve como vila até o ano de 1995, quando foi emancipado.

Pacaraima caracteriza-se como cidades gêmeas por fazer fronteira com a cidade de Santa Elena do Uairén na Venezuela. O município está inserido na reserva indígena São Marcos e Raposa Serra do Sol, a maioria de suas terras é de domínio indígena, nelas estão presentes três etnias: Macuxi, Taurepang e Wapixana, mais ou menos separadas por aldeias.

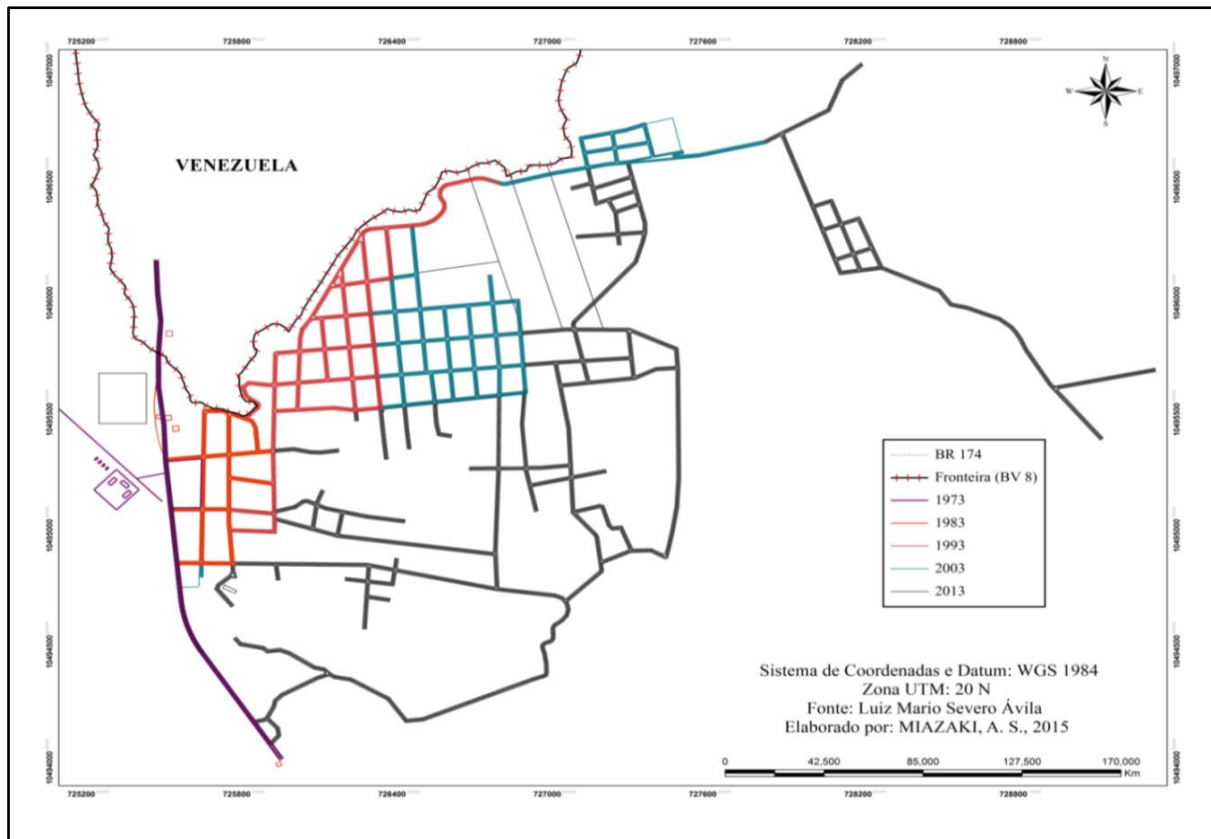
Contudo, percebe-se que a população urbana do município teve um considerável aumento nas últimas décadas, o crescimento urbano é visível com a criação de novos bairros, conforme está expresso na (figura 7).

Um dos motivos para esse crescimento deu-se pela instalação dos projetos de assentamentos. Na sede segundo Sartori e Bethônico (2012) a crescente migração se deu pela implantação dos órgãos públicos federais, estaduais, municipais e a busca por educação e saúde.

A partir da criação do município, o processo de urbanização é impulsionado pela implantação de órgãos municipais tais como prefeitura, secretarias municipais, câmara dos vereadores, creches, escolas municipais, etc. A demanda por profissionais capazes de suprir carências nas áreas da saúde e educação, bem como nos setores técnico da prefeitura, propiciaram a migração de indivíduos (SARTORI E BETHÔNICO, 2012, p. 91).

Pacaraima passou por um processo de ocupação parecido com Bonfim, pois a sua formação surge da necessidade de proteção das fronteiras do território nacional, no entanto, como toda cidade que busca se desenvolver, passou por transformações no seu espaço urbano principalmente nos últimos anos.

Figura 7 – Mapa da expansão urbana da cidade de Pacaraima



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2015), modificado de ÁVILA (2014).

Hoje, as principais atividades econômicas do município estão expressas no comércio e na prestação de serviços públicos. A cidade funciona com interesse comercial, fator que movimenta a economia local.

Quanto ao desenvolvimento do município de Pacaraima ser mais expressivo que o do município de Bonfim, é porque Pacaraima possui uma economia embasada no comércio formal e informal, onde além de atender a população da cidade, é grande a procura de produtos brasileiros por parte dos venezuelanos, já a procura da compra de produtos venezuelanos por parte dos brasileiros é maior devido à valorização do dinheiro brasileiro em relação ao dinheiro venezuelano.

A cidade de Pacaraima apresenta uma dinâmica de fluxo de pessoas que ao visitarem Santa Elena, acabam adentrando em sua área de comércio, enquanto que os que visitam Lethem passam distante do perímetro urbano de Bonfim.

Há sim, uma diferença nas interações transfronteiriças entre as cidades de Pacaraima/Santa Elena e entre Bonfim/Lethem. No que diz respeito ao município de Bonfim, pode perceber a existência de uma rede de interações menos densa do que a do município de Pacaraima.

Isso porque os elementos que compõe a dinâmica espacial se apresentam em menor número, sobretudo quando se vê itens como: comércio varejista; serviço bancário; os eventos e festas; difusão de informações escritas e áudios visuais.

Os processos dinâmicos ocorridos neste subespaço fronteiriço revela uma estrutura urbana pouca desenvolvida, assim como o fluxo existente entre as duas cidades. Este fluxo é consideravelmente menor do que, o que se apresenta na fronteira com a Venezuela.

Já em Pacaraima fronteira com Santa Elena, estes itens estão presentes de forma mais intensa, a estrutura urbana das duas cidades é bem mais desenvolvida do que na fronteira Bonfim/Lethem, apesar de Santa Elena apresentar certa vantagem em relação à cidade de Pacaraima. Isso é visível no comércio transfronteiriço que ocorre entre as duas cidades e que favorece a existência de um fluxo constante de pessoas.

Atualmente, como se trata de uma área de fronteira tanto Bonfim como Pacaraima são municípios importantes para o estado de Roraima, pois esses espaços se tornam estratégicos no que se refere à questão fronteiriça.

4 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Adentramos nesta parte destacando Santos (2008a, p. 66), esclarecendo o que é urbano, e o que é cidade – O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. “O espaço urbano caracteriza-se pela superfície ocupada pelas cidades ou pelo menos a superfície necessária para o funcionamento interno da aglomeração”⁵. Caracteriza-se ainda por todas as atividades desenvolvidas nestes espaços.

A temática em evidência é muito abrangente, incluindo um conjunto de questões, algumas das quais consideradas nas abordagens anteriores. O espaço urbano é composto por um complexo de usos da terra, próximos entre si. Corrêa (1989, p. 7), por sua vez, sintetiza dizendo que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável.

Tais usos definem áreas como: *o centro da cidade*, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; *áreas industriais e áreas residenciais*, distintas em termos de forma e conteúdo social; *áreas de lazer e áreas reservadas para futura expansão*.

Essas fragmentações são articuladas e entre elas ocorrem relações espaciais como: deslocamentos quotidianos de pessoas (trabalho, escola, posto de saúde, casa de familiares e outros), fluxo de veículos, operações de carga e descarga de mercadorias promovendo a circulação de investimentos. Nesse sentido, nota-se que o espaço urbano é um reflexo da sociedade que nele vive. Um exemplo são os locais de residências, há uma segregação cogitando uma divisão social em classes, criando assim uma desigualdade social. Tal desigualdade é uma característica de todas as cidades motivada pela economia que é o capitalismo.

Toda essa movimentação de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado.

Independentemente do número de habitantes que possam ter, as cidades são sedes de municípios, podendo variar de tamanho, de momento histórico, de formação urbana entre outros. Sposito (2008, p. 12) ressalta que para tanto há uma complexidade, movimento que orienta suas dinâmicas, seus antagonismos e suas complementariedades nelas realizadas, e afirma que,

⁵ Oliver Dollfus. *L’Espace Géographique*, 1991 p. 78. (O Espaço Geográfico. Tradução de Heloysa de Lima Dantas).

Cidade é por excelência, lugar de concentração e efervescência da vida social, econômica, política e cultural, constituindo um conjunto de ações. [...] a cidade revela os interesses e as ações da sociedade e, ao mesmo tempo, oferece condições para que esses interesses e ações se realizem, contribuindo para determinar o próprio movimento oriundo desse conjunto de ações (SPOSITO 2008, p. 14).

Para Dollfus (1991, p. 94) “a cidade proporciona uma série de serviços destinados não somente a seus habitantes como também aos das cidades vizinhas e seus arredores”. Ela é considerada como lugar onde vive parcela crescente da população, às vezes possuindo menos de 20 mil habitantes, ou de 50 a 100 mil habitantes ou mais, dependendo de sua região pode apresentar expressivas representatividades como fornecedora de produtos e serviços.

4.1 A FORMAÇÃO DO URBANO: UMA CONSTRUÇÃO HUMANA

Muitas cidades no Brasil passaram e passam por vários momentos determinantes na sua formação, no que concerne à arquitetura, à cultura, ao lazer e, hoje, a sua composição paisagística. No decorrer do tempo, a cidade vai construindo e se reconstruindo, vai construindo também a sua história. Porém é na história que se busca conhecer como se deu a formação urbana da cidade.

Carlos (2008b, p. 85) argumenta sobre a importância de compreender a formação da cidade levando em conta o seu contexto histórico.

“A história tem dimensão espacial e emerge no cotidiano das pessoas através do modo de vida urbano. O urbano, como produto da produção e reprodução dos seres humanos, é produto histórico, ao mesmo tempo em que é realidade presente e imediata”.

A forma pela qual o ser humano contribui na produção da história que constitui o espaço urbano vem refleti no real, através da arquitetura dos edifícios, na configuração dos monumentos e da produção da paisagem que vai formando na cidade. Esse fazer humano age nas transformações produzidas no espaço no decorrer do tempo, demonstra a importância do ser humano como agente produtor na formação desses espaços.

Portanto, a cidade não pode ser pensada apenas como centro administrativo ou pelas funções e atividades que exerce, mas pelo vínculo afetivo que os seus habitantes estabelecem com ela. É no dia a dia dos habitantes, no seu modo de vida, de pensar, morar e dos problemas surgidos, que as cidades sendo elas, pequena, média ou grande, passam por momentos históricos importantes, os quais, ajustados com outros fatores, exercem grande influência sobre os modos de pensar, sentir, criar e se comportar de seus habitantes.

O ser humano como agente produtor também (re) organizador do espaço, transforma a natureza de acordo com suas necessidades, estabelecendo-lhes as características marcantes da sua cultura.

A ação de agentes sociais transforma e desenvolve um processo de reorganização espacial, esses agentes sociais são, na maioria, aqueles que visam à apropriação de uma renda a partir da terra: Proprietários dos meios de produção (principalmente os das grandes industriais), proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado e grupos sociais excluídos.

Corrêa (1989, p. 12) em seu livro *O espaço Urbano*, faz um esclarecimento sobre a cidade como o espaço urbano, considera-a como forma espacial de conexão com, estrutura social, processos e funções urbanas, destacando e recorrendo a percepções de uma população, ou seja, dos agentes formadores deste espaço, que são:

- *Proprietários dos meios de produção*: são os grandes proprietários industriais e grandes empresas comerciais, são os grandes consumidores de espaço, necessitando de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos inerentes às atividades das empresas com localização estratégica junto a portos, vias férreas ou locais de acesso à população.
- *Proprietários fundiários*: são os proprietários das terras que atuam a fim de obter maior renda fundiária de suas propriedades e seu interesse é em relação ao valor de troca da mesma e não no seu valor de uso. Estão também interessados na substituição da terra rural em terra urbana, ou seja, à medida que a expansão do espaço da cidade aumenta, as terras urbanas tornam-se mais valorizadas do que as terras rurais, nesse caso buscam induzir o crescimento demográfico da cidade, orientando sua dimensão territorial e o direcionamento dessa dimensão. Outro ponto é que, alguns dos proprietários poderão muitas vezes ter suas terras valorizadas por investimentos públicos, realizados devido a sua influência.
- *Promotores imobiliários*: são agentes que realizam operações como, financiamento, estudo técnico, construção e comercialização, produzindo habitações que visam aumentar sua margem de lucro a partir de estratégias como inovações, valor de uso superior às antigas, obtenção de um lucro maior, o que ocasiona a exclusão das camadas populares. Grandes bancos e o Estado atuam como promotores imobiliários.

- *Estado*: organiza espacialmente a cidade, de forma complexa e variável tanto no tempo como no espaço, com instrumentos legais que contribuem com a sua atuação, como: direito de desapropriação para compra de terras; dispositivos legais que regulam o uso do solo; monitoramento de restrição dos preços das terras; limitação da superfície da terra de que cada um pode atribuir; impostos fundiários e imobiliários variáveis de acordo com a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; tributação de terrenos livres, levando ao uso completo do espaço urbano; mobilização de reservas fundiárias públicas, alterando o preço da terra e regulando a ocupação do espaço; gasto de recursos públicos na produção do espaço, por meio de obras de drenagem, desmontes, e provimento de infraestrutura; composição de mecanismos de créditos à habitação; e pesquisas, operações-testes como materiais e procedimento de construção, também o controle de produção e do mercado deste material.
- *Grupos sociais excluídos*: relacionados às pessoas que possuem uma pequena renda ou nada para pagar o aluguel de uma habitação decente, muito menos comprar uma de forma legal, projetando-os assim a morarem de forma irregular em cortiços, favelas ou em áreas de invasão. É através das invasões ocorridas na maioria das vezes em terras públicas ou privadas, que os grupos sociais excluídos, tornam-se efetivamente, agentes modeladores, que produzem o seu próprio espaço, geralmente independente e a despeito dos outros agentes. É dessa forma que este grupo acaba modelando o espaço urbano buscando firma-se lutando pelo direito de acesso a cidade.

Os grupos sociais excluídos se apegam e produzem estes espaços, como uma forma de resistência, e ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência. Já que na maioria das vezes são totalmente excluídos sem direito à cidade.

Segundo Carlos (2008b, p. 22) “a cidade é também o lugar onde ocorrem os movimentos reivindicatórios em que se acirram os conflitos e as lutas de classes”. Porém este fato está presente nas cidades principalmente as grandes e médias, o uso do solo urbano sempre é disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre os agentes envolvidos.

Outro determinante na formação do espaço urbano são as redes. Para Sposito (2008, p. 48), deve-se ter em mente que as redes não se formam por acaso. Elas são resultados do trabalho de numerosos atores que, em diferentes lugares e momentos, e com capacidades distintas de ação, exerceram e exercem seu papel como sujeito da história. É um produto

social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e produzida por agentes que produzem e consomem espaço.

A rede urbana é um reflexo, em realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem tanto na cidade como no campo. (CORRÊA, 1989, p. 50). A influência e contribuições dos representantes do Estado, representantes do setor privado comercial e industrial e os migrantes, visam montar uma caracterização dos tipos de aglomerados encontrados em inúmeras cidades.

Da mesma forma, porém utilizando outras denominações, Oliveira (1997, p. 1) analisa as formas espaciais que a rede urbana pode assumir com a participação desses agentes que contribuem para a formação do espaço.

As cidades são lugares privilegiados de reprodução das relações sociais e se constituem bases para a realização ampliada da intervenção direta do Estado na produção do espaço e na ligação de pontos que possibilitam a expansão de novas formas de relações de produção na região.

Enquanto os grandes núcleos urbanos tendem a concentrar maior número populacional e, conseqüentemente, tendo maior densidade econômica, os pequenos centros abrigam menor patamar demográfico e aspectos econômicos diferenciados. (SPOSITO E JURADO DA SILVA, 2013, p. 50).

Além disso, Sposito (2008, p. 14) explica: se a cidade comporta atividades tipicamente urbanas, isso não significa que apenas em seus espaços se realize o que é “urbano” no mundo atual ou tampouco que haja limites fixos entre a cidade e o campo. Este enfoque encontra-se bastante voltado para a dimensão econômica da cidade e suas relações com outras cidades ou com o próprio campo.

Deste modo, uma cidade pode adquirir várias funções e papéis ao longo do tempo, dependendo da sociedade e das suas formas de espacialização. Sobretudo, estas funções podem ser alteradas, pois a cidade é dinâmica e mutável, assumindo várias atividades e papéis que ao longo do tempo podem ser modificados referentes às relações e construções do homem sobre o mesmo espaço (MANFIO E BENADUCE, 2011, p. 6).

Durante o processo de formação do município, Bonfim contou com a contribuição de vários agentes produtores do espaço: o governo da província do Amazonas; os grandes fazendeiros; as ordens religiosas; os indígenas; o Estado da Federação com os projetos de assentamentos e os garimpeiros que por lá chegaram.

Essa realidade deu origem ao povoado que crescia com a população migrante. É importante frisar que o processo de produção de qualquer espaço urbano se dá a partir da ação dos agentes sociais e da relação entre eles e com a natureza.

Outro fator que foi muito incentivador para o povoamento do estado de Roraima e que no município de Bonfim não foi diferente, foram os garimpos. Com a descoberta de ouro e diamantes em suas terras, ocasionou um fluxo migratório de garimpeiros que ali chegaram proporcionando um desenvolvimento para a vila, provocando um expressivo crescimento populacional.

É importante salientar a análise de Vale (2006), afirma que, devido ao elevado número de garimpeiros que se instalaram nas áreas exploradas e do comércio de ouro em Boa Vista, a economia local foi dinamizada pela entrada de mão de obra, sendo o Estado o maior motivador da exploração informal do minério.

A população que veio residir em Bonfim teve que se adaptar às novas realidades, na qual desenvolveriam atividades a que estavam propostos através dos projetos de assentamentos. Ao mesmo tempo tentavam reconstruir alguns traços da sua terra natal. Por outro lado, desenvolveu-se através da vivência, um elo afetivo com o lugar, além da percepção, típica do homem do campo, que através dos projetos e incentivos para agricultura, “sentia” as diferentes manifestações das condições do tempo. Tais condições foram essenciais para desenvolverem a sua principal atividade econômica, a agricultura.

Desse modo, a partir do meio rural, teve início a um lento processo de urbanização que, posteriormente, acelerou-se configurando os limites do município. Ressalta-se também que a configuração da região do município de Bonfim é recente, embora o seu núcleo embrionário tenha sido povoada há mais de um século.

Esta situação justifica-se pela estrutura ter permanecido basicamente agrária por longo tempo, com precariedades nos setores básicos como saúde, educação e o comércio. Todavia, para sanar esta deficiência ainda hoje, a população residente na cidade procura os centros maiores e mais próximos.

É interessante ressaltar, também, que apesar das dinâmicas espaciais na atualidade, poucas são as modificações, pois a infraestrutura deste município encontra-se em lento desenvolvimento. Há um descaso em investimentos relacionados à saúde, educação e meio ambiente. Existem no município hospital, escolas e comércios locais, todos procuram atender às necessidades da população, porém, ainda não o fazem de maneira satisfatória.

De forma geral, o município, caracteriza-se por possuir um pequeno núcleo urbano, de modo que o processo de expansão ocorre horizontalmente, uma vez que o índice de

verticalização é baixo na maioria dos municípios do estado de Roraima. Devido a sua origem rural, a população residente, na atualidade, encontra-se distribuída entre a área urbana e a área rural de forma desigual, prevalecendo a rural, com 7.232 da população total segundo dados do IBGE (2010). Levando em consideração que muitos que residem na cidade, possuem um pedaço de terra na área rural.

Atualmente, Bonfim mesmo com a pavimentação da BR-401 e com a construção da ponte sobre o rio Tacutu que liga os países Brasil e Guiana, mostra-se estagnada não apresentando importância associada à valorização econômica ou até mesmo uma revitalização que ambos, rodovia e ponte trazem para o desenvolvimento do município.

Há poucos anos, Bonfim tornou-se um município emancipado e embora se considere nesse estudo os aspectos históricos e a formação socioespacial local, a análise da diferenciação socioespacial na cidade que se pauta no período de 1970 a 2014. Bonfim durante esse período foi se expandindo devido ao fluxo migratório, com a expansão vieram também os problemas relacionados ao planejamento urbano.

Os gestores que por esses períodos gestaram, não tiveram essa preocupação de um planejamento urbano, porém o planejamento urbano, como qualquer tipo de planejamento, tem o objetivo de fazer referência sempre para o futuro.

Assim, nota-se a necessidade de planejar, mesmo que esta seja somente entendida como a necessidade de “organizar para”. Uma gestão administrativa se transforma em uma organização na medida em que é capaz de perceber e organizar sua experiência e as expectativas sobre o futuro, com o planejamento pode se evitar problemas, evitá-los ou amenizar seus efeitos.

Em visitas a campo em junho de 2014, observou-se a infraestrutura local. Pode-se verificar que na área central da cidade, localizam-se os órgãos e estabelecimentos relacionados à administração pública, tais como a Prefeitura, agência do Banco e o comércio local. Esta área se destaca como tendo a melhor infraestrutura da cidade, hoje suas ruas estão asfaltadas com calçadas revestidas com uma pintura dando um visual bonito a esses espaços.

A mesma observação foi feita nos bairros. Alguns já se encontram com ruas asfaltadas contendo as principais infraestruturas.

Outro ponto evidente, revelado na (Figura 8), é que as maiorias das casas são construídas em alvenarias. No entanto existem habitações em situação precária, outro fato que chama atenção são as residências de alguns moradores indígenas, suas casas apresentam partes construídas de alvenaria ou madeira com telhados de palhas de injá.

Figura 8 – Tipos de residências em Bonfim



A– bairro Getúlio Vargas, B – bairro Cidade Nova, C – Av. São Sebastião Centro, D – bairro 13 de Maio
Fonte: arquivo pessoal, 2014.

Um fator relevante diz respeito ainda, à moradia, a maioria são residências próprias e o município assim como outros, também foi beneficiado com os programas do Governo Federal, que em parceria com o estado e a prefeitura, contribuíram na implantação de núcleos habitacionais como “Minha casa minha vida”.

Ainda, em relação à produção do espaço de Bonfim, nota-se que ao entrar na cidade (Figura 9) há uma área com presença de infraestrutura urbanística que, segundo os estudos e a prefeitura, área destinada à ALC (Área de Livre Comércio), mas está totalmente abandonada, sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento. Dentro dessa conjuntura, são relevantes as palavras de Anjos (2013, p. 220) ao destacar que, na área de fronteira amazônica existem seis ALCs consolidadas, todas criadas especificamente para as cidades fronteiriças da região.

Descreve ainda Anjos (2013, p. 221),

O objetivo das áreas livres comerciais é criar condições para exercer o livre comércio de importação e exportação, promovendo o desenvolvimento das regiões

onde se estabelecem o regime especial aduaneiro, bem como favorecer as relações com países vizinhos de acordo com a política de integração latino-americana.

Figura 9 – Área destinada a ALC



Fonte: arquivo pessoal, 2014.

Em Bonfim a ALC ainda não saiu do papel o que se vê é uma expectativa por parte principalmente da população que tem esperança dela trazer desenvolvimento e emprego para cidade. Para entender o porquê do empasse nos apoiamos em Anjos (2013, p. 225) que em suas pesquisas comenta:

Atualmente, os estudos mostram que as mudanças não foram às esperadas, a população afirma que Bonfim está na mesma situação socioeconômica de antes da regulamentação da ALC, reclamando ainda que o município não teve nenhum benefício com os projetos para o desenvolvimento fronteiriço. Quando verificada a paisagem urbana da cidade é possível apontar poucas mudanças, mas se analisado o cenário da fronteira e do lado guianense são vistas modificações urbanas principalmente no campo do comércio.

De fato a cidade de Lethem se desenvolveu, enquanto Bonfim aguarda os benefícios oferecidos pela ALC até hoje. A população espera com grande expectativa os procedimentos que faltam para fazer valer o que propõe a ALC, já que um dos benefícios será o aquecimento da economia local, gerando também um desenvolvimento social para o município.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE BONFIM-RR

A partir do processo de urbanização, a cidade passa a reunir um conjunto de funções que vão definir os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, demonstrando a realidade e os anseios de seus moradores.

As diversidades de sistemas de produção existentes em um espaço urbano são produzidas por vários fatores. Estes sistemas compõem dinâmicas de relações infinitamente complexas e diversas, em que cada parte do todo envolvido não pode ser analisada separadamente, mas sim através de suas interpenetrações com os demais fatores atuantes que compõem esta realidade.

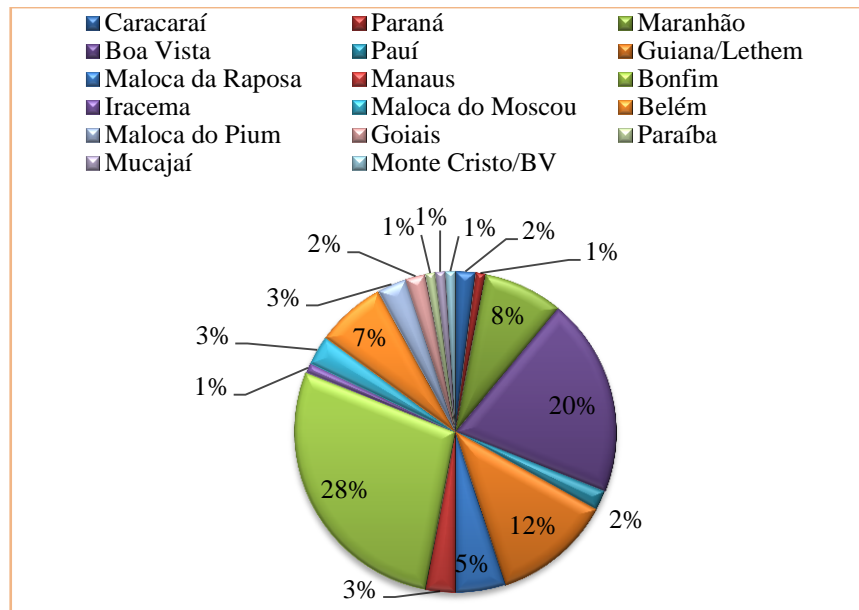
Na busca de compreender como se deu o desenvolvimento de Bonfim, os dados primários foram coletados no campo por meio de um questionário aplicados diretamente a população, o mesmo veio demonstrar a percepção dos moradores sobre o município. Ao todo foram aplicados 100 questionários, um universo de 3,5% da população do núcleo urbano.

Através dos questionários foi possível obter informações importantes para a elaboração dos gráficos e tabelas, oferecendo clareza à própria pesquisa, com dados sobre a expansão urbana do município em diversos aspectos.

Bonfim está dividido espacialmente nos seguintes bairros: São Francisco, Centro, 13 de Maio, Cidade Nova, Getúlio Vargas e 1º de Julho.

Bonfim no decorrer da década de 1970 até hoje se percebe a ocorrência da expansão urbana do município visivelmente através dos novos bairros. Na (Figura 10), perguntou-se localidade de origem dos entrevistados, muitos nasceram em Bonfim outros não, chegaram como aventureiros e/ou em busca de oportunidades.

Figura 10 – Local de Nascimento



Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Verifica-se, portanto que através da (Figura 10), que 28% das pessoas entrevistadas declararam que nasceram em Bonfim, 20% em Boa Vista, Lethem na Guiana 12%, do Maranhão 8%, Belém 7%, Maloca da Raposa 5%, Maloca do Moscou, Maloca do Pium e Manaus 3% cada, Caracaráí, Piauí e Goiás cada cidade com representatividade de 2%, Paraná, Iracema, Paraíba, Mucajaí e Monte Cristo/BV a penas 1% cada.

Dos entrevistados a grande maioria nasceu no estado de Roraima, mais preciso do próprio município de Bonfim e de outros municípios que compõe o estado.

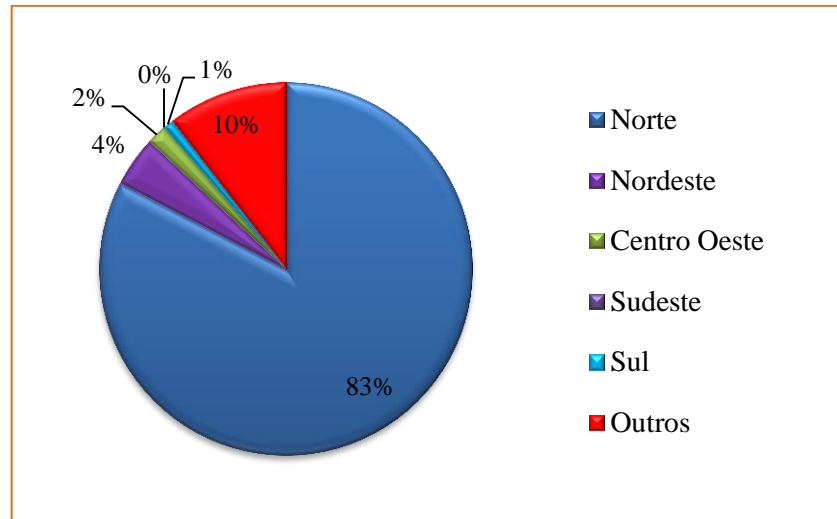
Durante as entrevistas, observou-se também que 12% dos entrevistados, afirmaram ter nacionalidade estrangeira, pais sendo guianense e os filhos brasileiros, outros que um dos cônjuges é estrangeiro.

Foi Constatado também, que dos moradores que nasceram em Bonfim seus pais vieram das regiões nordeste e centro-oeste do país. Esses chegaram à década de 1970, 1980 migraram na esperança de conseguirem um pedaço de chão para habitar, alguns conseguiram ter uma pequena terra com plantações (agricultura familiar), mas residem na cidade por conta dos estudos dos filhos, outros também destacaram que sua vinda para Bonfim estava ligada ao garimpo.

Por fim, houve aqueles entrevistados cuja vinda para Bonfim se deu através de concurso publico e convites de parentes e amigos já residentes no município. O argumento era que Bonfim seria lugar bom para se viver. Esses foram os principais fatores do deslocamento desses moradores.

A (Figura 11), a seguir, mostra que houve uma variedade de respostas a respeito da residência dos entrevistados, antes de morar em Bonfim.

Figura 11 – Residência anterior



Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Questionados sobre onde residiam antes de vir morar em Bonfim, houve uma diversidade de resposta, isso porque Roraima é um estado constituído por uma grande migração de pessoas oriundas de vários estados brasileiros. Alguns moradores quando perguntados sobre esta questão lembraram sua cidade natal e que “chegaram a Bonfim sem nada e hoje, mesmo sendo uma cidade pequena sem muitas perspectivas é aqui que estamos criando os filhos” e vieram em busca de um pedaço de terra, outros chegaram por conta dos garimpos.

Destacamos nesse itinerário, categoria histórico-social espaço de experiência e horizonte de expectativa, no intuito de alargar a compreensão da história da formação da cidade, por meio dos questionários/entrevistas pôde perceber o significado da importância de possuir um lugar para morar, já que a maioria que lá se encontram a residência é própria. Muitos desses moradores participaram do período de ocupação.

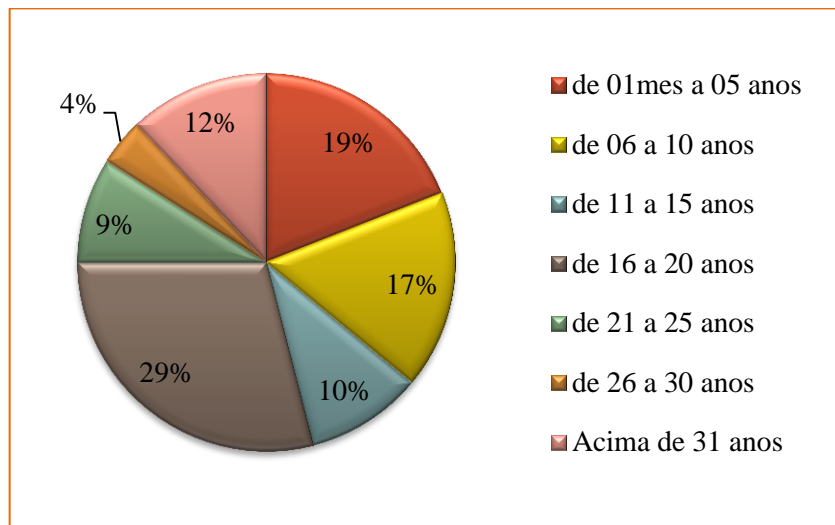
Olhar para trás e perceber que o objetivo da conquista da propriedade foi alcançado dá a esses homens e mulheres uma alegria, o sentimento de fazer parte da história da cidade.

Muitos chegaram na esperança de uma vida melhor, outros pesavam em adquirir uma terra ou até mesmo juntar um dinheiro e retornar a sua terra de origem. As narrativas foram sendo construídas ao passo que procurávamos fazer emergir as lembranças dos acontecimentos que marcaram a vida dessas pessoas nessa construção histórico-social.

Com base nas informações da (Figura 11), os entrevistados foram agrupados por regiões: vindo do norte 83%, o maior número vão para os que residiam em Boa Vista, depois vem os que nasceram em Bonfim; do nordeste 4%; centro oeste 2%; sul 1%; do sudeste não teve entrevistados, já do país vizinho Guiana – cidade de Lethem 10%.

Foi indagado na sequência, há quanto tempo (anos) residem em Bonfim (Figura 12).

Figura 12 – Tempo de residência



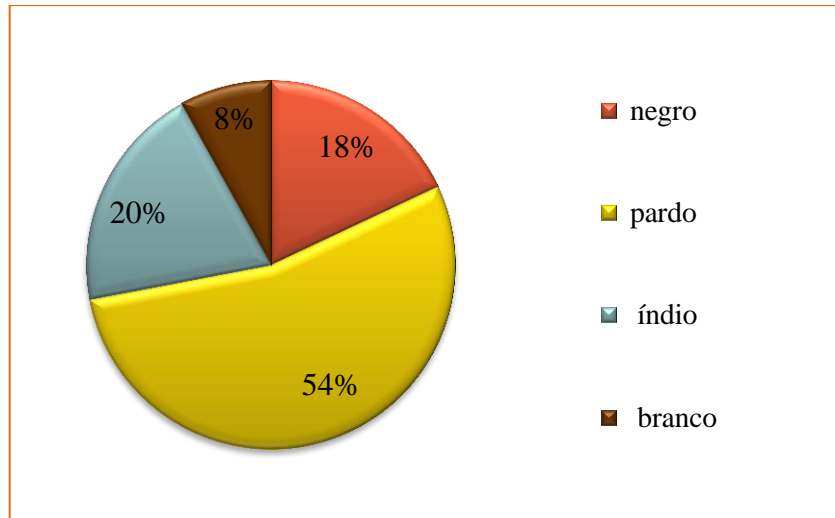
Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Perguntados na entrevista, há quanto tempo os mesmos residem Bonfim (Figura 12), 29% responderam de 16 a 20 anos; 19% de 01 mês a 05 anos; 17% entre 06 a 10 anos; 12% a cima de 31anos; 10% de 11 a 15 anos; 9% de 21 a 25 anos e 4% de 26 a 30 anos.

O tempo de moradia também indica a relação que essa população tem com o local, demonstrando um significado para o morador que o incorpora à própria identidade. Podemos afirmar que há uma relação topofílicas, estudada por Tuan (1980), entre os moradores de Bonfim com sua residência.

Foi possível ver através das três primeiras perguntas que há um processo de migração dentro da própria região, com maior número de migrante procedente do estado de Roraima. Vale ressaltar ainda que o processo de migração para Bonfim de toda parte do país e da Guiana, ocasionou uma mudança na composição étnica da população, através da (Figura 13), é possível observar essa composição.

Figura 13 – Quanto à etnia se identifica como:



Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Culturalmente, identifica-se uma diversidade étnica em Bonfim, de forma que cada etnia se expressa com sua singularidade, manifestando-a e concretizando-a de forma distinta nesse espaço.

A composição étnica da população do município é formada por índios, caboclos, negros e brancos.

A (Figura13) mostra a representação das pessoas entrevistadas quanto a sua etnia, 54% se consideram pardos; 20% índio - foi possível observar uma representatividade de pessoas indígenas residindo na cidade, segundo o IBGE (2010b) a população indígena se encontra situada tanto na sede como nas comunidades indígenas.

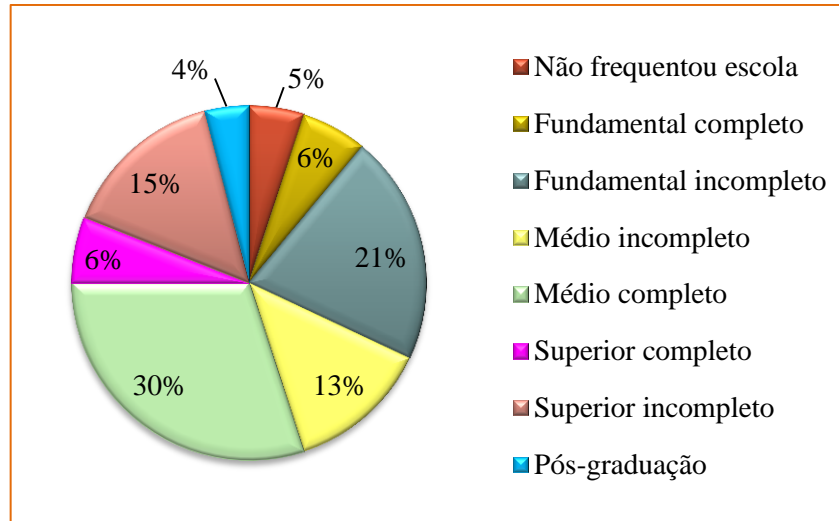
Dos entrevistados com etnia indígena, alguns não queriam se identificar, muito embora, fossem visíveis suas características. Nesse sentido, dialogou-se com os mesmos, sensibilizando-os da importância de que a população indígena contribui para a região e informando-os ainda, dos direitos que possuem como as demais pessoas.

Ao serem entrevistados sobre qual o motivo de residirem em Bonfim, os mesmos relataram que a cidade favorece maiores possibilidades de escolaridade, saúde e trabalho, embora muitos deles fossem trabalhadores autônomos.

Já 18% dos entrevistados, se consideram negro um grupo proveniente da Guiana, pois na cidade há muitas pessoas do país vizinho que trabalham em Bonfim e outros que residem. Enquanto os que se consideram brancos foram apenas 8%.

Sobre a escolaridade, a (Figura 14) demonstra um perfil da educação em Bonfim. Embora a situação do Brasil não seja tão positiva em relação à educação, ela ainda representa indicadores de destaque dentro do contexto socioeconômico de uma determinada região.

Figura 14 – Escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Após análise dos dados coletados e apresentados na (Figura 14), pode se verificar o grau de escolaridade entre os entrevistados. Observou-se, ainda, que a escolaridade dos estudantes de Bonfim se encontra bem distribuída, tendo um percentual mais elevado para o ensino médio. Desses, a maioria almeja ingressar em uma universidade.

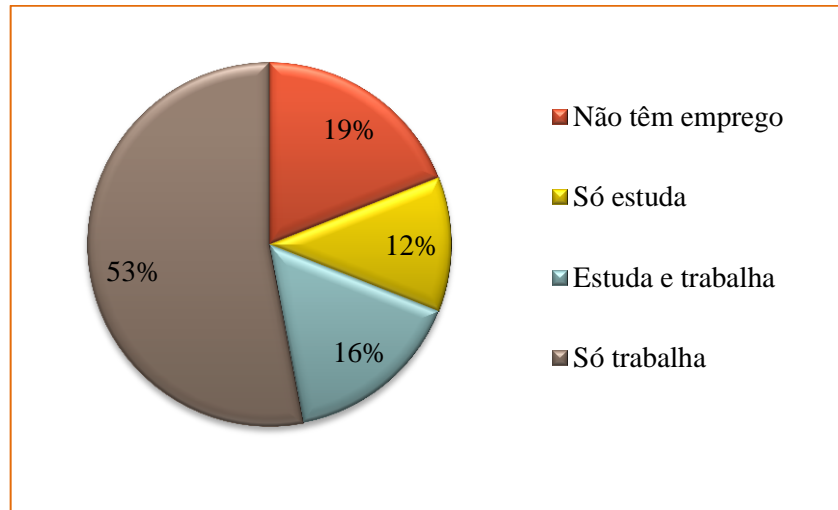
Quanto ao ensino fundamental 6% responderam que possuem o ensino fundamental completo, 21% possuem fundamental incompleto, esta porcentagem está distribuída entre os que desistiram dos estudos e os que continuam estudando.

Sobre o ensino superior 15% estão cursando e 6% afirmam que já concluíram. Assim como 4% dos entrevistados possuem pós-graduação e outros estão cursando. Os que nunca frequentaram escola são apenas 5%, sendo que, hoje, todos se consideram idosos e destacam em suas falas que os estudos são para os mais jovens.

O município conta ao todo com 17 escolas estaduais e 15 municipais com estabelecimentos escolares localizados tanto na área urbana quanto na rural, do ensino básico ao superior.

No que se refere à geração de emprego e renda do município as (Figuras 15 e 16), retratam a realidade pela qual os moradores passam hoje.

Figura 15 – Emprego atualmente



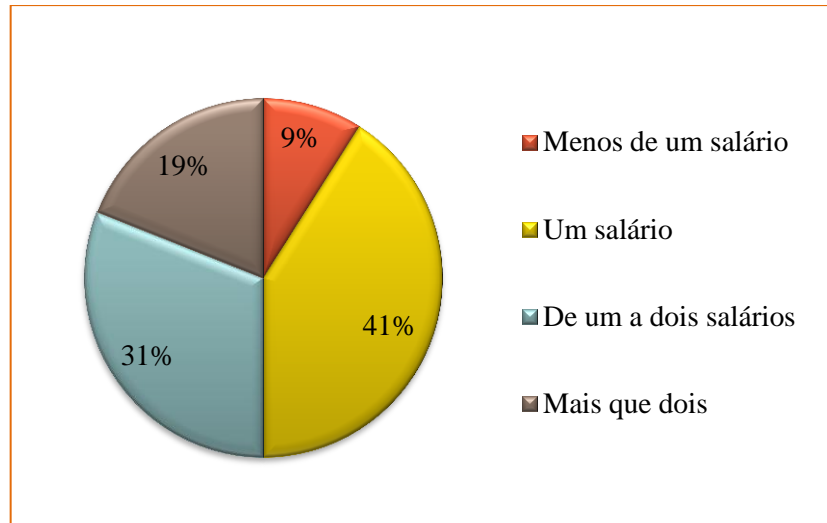
Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Em Bonfim, a atividade agrícola é a que mais oferece oportunidade de trabalho à população sendo a principal fonte da mão de obra local, certamente por conta de ser um município cuja atividade econômica é baseada na agricultura familiar. O comércio local é pequeno e se caracteriza, por pequenos estabelecimentos onde os funcionários, na maioria das vezes, são os próprios familiares. No entanto, há um grande número de pessoas que buscam empregos no país vizinho, outra fonte geradora de renda e emprego existente na cidade é o setor público.

Aos entrevistados perguntou-se sobre o emprego atual (Figura 15), desses, 53% estão distribuídos entre: funcionários públicos, pequenos agricultores, há aqueles que se deslocam de Bonfim para trabalhar no comércio na cidade de Lethem, autônomos com atividades diversificadas. Os que não possuem emprego representam 19% são: as donas de casa, os aposentados e os que não conseguem emprego porque no município não tem o que oferecer. Já 16% estudam e trabalham e 12% só estudam.

Vale ressaltar que um dos sonhos dos moradores do município é a ALC a ser concretizada, há uma expectativa de desenvolvimento e, principalmente, emprego aos moradores da cidade. O município de Bonfim assim como os demais municípios do estado, depende da transferência de recursos financeiros externos. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é um dos que contribuem financeiramente, outras transferências são oriundas dos recursos governamentais como dos Ministérios da Defesa, da Educação e Saúde.

Figura 16 – Renda familiar

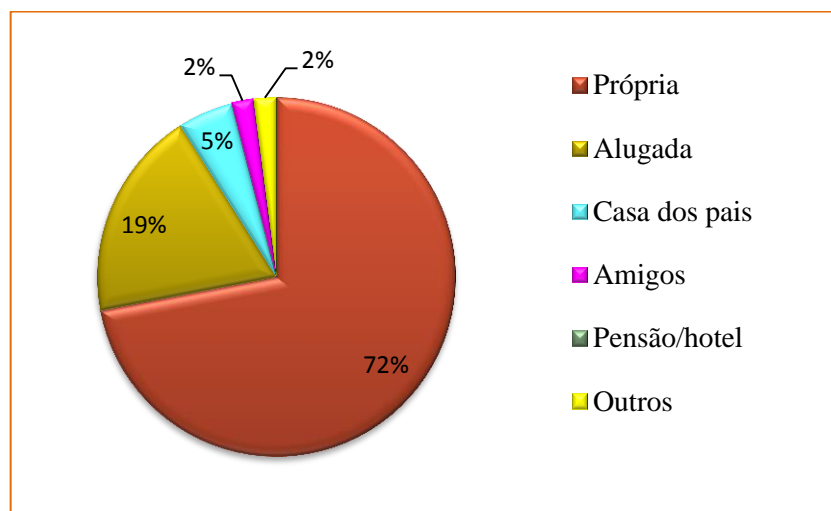


Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Através do resultado do questionário aplicado, foi constatado que a renda predominante é de um salário mínimo correspondendo a 41% (Figura 16), de um a dois salários mínimos 31%, mais que dois salários mínimos 19% e menos de um salário mínimo 9%. Uma observação: há um grande número de pessoas que recebem auxílio como, “Bolsa Família” que ajuda a complementar a renda família, outros que só tem como ganho apenas esses beneficio.

Na (Figura 17), há uma análise dos entrevistados revelando, a importância de se ter a sua casa própria.

Figura 17 – Tipo de moradia



Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Quando perguntados sobre o tipo de ocupação habitacional (Figura 17), grande parte das habitações do município é própria 72%, isso é muito bom, pois o acesso à moradia própria é uma das condições essenciais para a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida de uma cidade. 19% dos entrevistados moram em casas alugadas, e 5% moram nas casas dos pais. Os que responderam amigos e outros são mínimos, correspondendo a 2% cada.

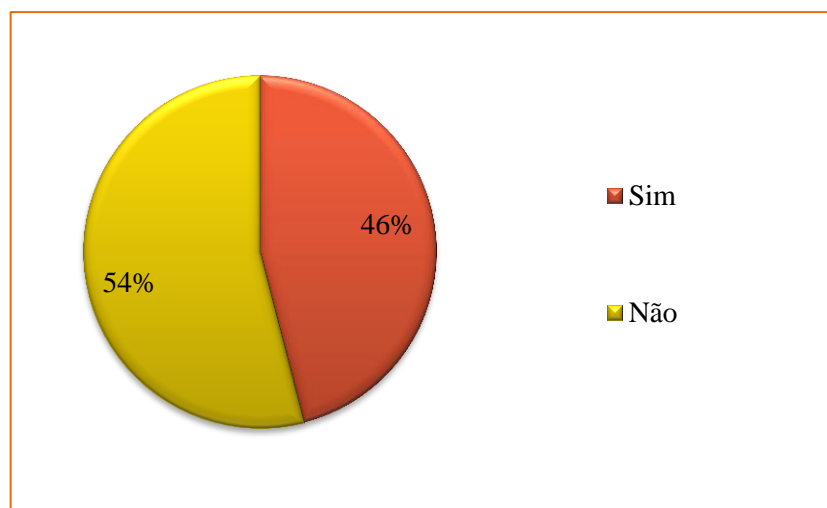
A pesquisa mostrou a satisfação dos moradores em possuir a sua casa própria, mostrou ainda que na sede da cidade a maioria das casas é construída em alvenaria, no entanto, existem habitações em situação precária, mostrando também, que grande parte das residências são casas simples expressando o nível de renda do município.

Ainda de acordo com relatos dos moradores mais antigos, a produção do espaço urbano da cidade de Bonfim no decorrer dos últimos anos, teve um acréscimo considerável no número de residências, evidenciando o surgimento de novos bairros, isso levou a um crescimento da ocupação espacial da cidade.

Assim como em outros municípios, Bonfim também foi beneficiado com os programas do Governo Federal, que em parceria com o estado e a prefeitura, contribuíram na implantação de conjunto habitacional para a população do município através do financiamento com a Caixa Econômica Federal.

É importante frisar que, nestes investimentos públicos, as casas seguem um padrão arquitetônico estabelecido pelos programas, os mesmos já vêm acompanhados de toda a infraestrutura básica, como água tratada, energia elétrica, vias pavimentadas e iluminação pública. Durante as entrevistas foi perguntado se pudesse escolheria outro lugar para morar? (Figura 18).

Figura 18 – Se pudesse escolher moraria em outro local?



Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Quando questionados, se eles pudessem escolher outro lugar para morar, e onde eles morariam, os resultados foram: 46% (Figura 18) responderam que sim. As respostas demonstraram que os moradores que gostariam de morar em outro lugar, são os moradores mais jovens e os mais recém-chegados, os que têm menos de 10 anos de moradia em Bonfim.

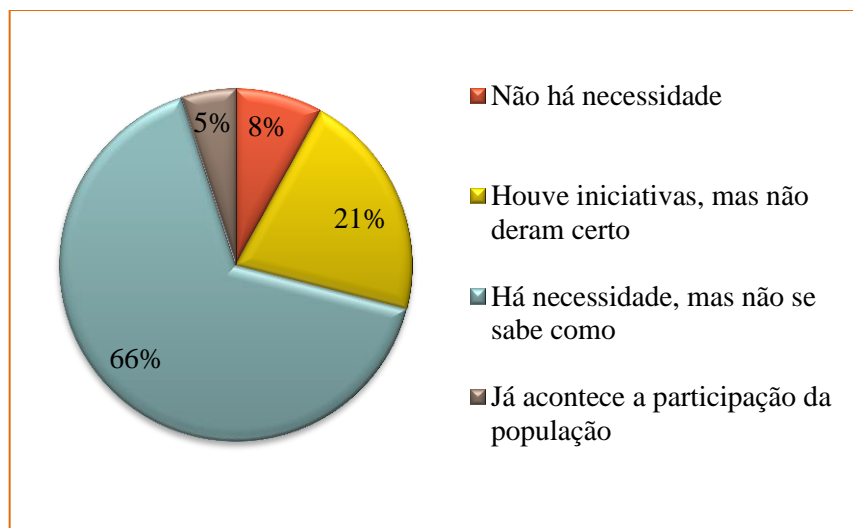
Um número expressivo optou morar em Boa Vista, Manaus ou Guiana. Esses moradores reclamaram da violência, do descaso do poder público e, principalmente da falta de oportunidades de empregos.

Já 54% responderam que não gostariam de morar em outro lugar. Percebeu-se que esta resposta foi de moradores mais antigos que gostam do lugar, essa porcentagem demonstra um grau de satisfação muito bom por parte dos moradores, mesmo sendo uma pequena cidade, os mesmos demonstraram conhecimento da região e um sentimento de afetividade com a cidade.

Eles relataram que é um lugar tranquilo, e que depois da pavimentação da BR-401, houve um crescimento considerável de todo o município sem dizer que, tornou-se mais fácil o acesso às cidades mais próximas, principalmente para Boa Vista. A população urbana incorpora papel importante no desenvolvimento de uma cidade.

Na (Figura 19) apresentam a opinião, quanto à participação da população na gestão da cidade?

Figura 19 – Quanto à participação da população na gestão da cidade



Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

O planejamento urbano de uma cidade depende de um conjunto de políticas públicas com finalidades de construir mecanismos permanentes de democratização no planejamento urbano municipal, isso diz respeito ao plano diretor da cidade.

O Plano Diretor⁶ só vale quando é feito e colocado em prática com a participação da população, essa participação garante que a lei saia do papel, notando que, o plano ajuda a organizar o crescimento e o funcionamento da cidade.

Quando a cidade não possui um plano diretor, poucas são as regras do Estatuto que podem ser usadas. A nova Constituição veio assegurar uma maior autonomia aos municípios, assim como maior liberdade para a gestão local. Cada cidade precisa ter um Plano Diretor para que todas as regras do Estatuto da Cidade sejam aplicadas.

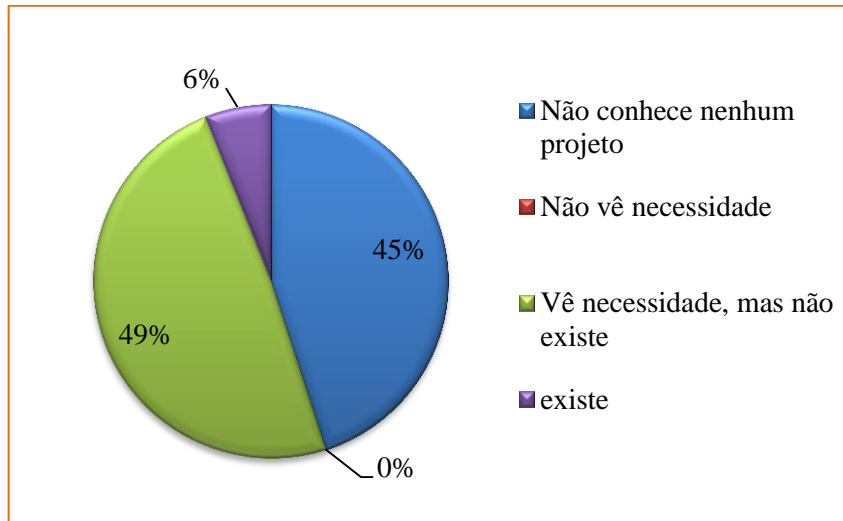
Bonfim ainda não possui seu plano diretor, mas isso não impede que no planejamento urbano da cidade haja a participação de seus cidadãos, os mesmos têm o direito e o dever de exigir que seus gestores venham a construir uma cidade mais justa e bonita. A partir dessa concepção, perguntou-se sobre a participação da população na gestão da cidade.

Através do resultado apresentado na (Figura 19), constatou-se que a maioria dos entrevistados, 66% responderam, que há necessidade de uma participação mais ativa da população, mas não se sabe como; 21% houve iniciativas mais não deram certo, 8 % não há necessidade já que existem pessoas preparadas e escolhidas para gestar e planejar ações que venham desenvolver e beneficiar a todos os moradores da cidade e 5% confirmou que já acontece a participação da população, através de protesto por algo que não iria beneficiar a toda comunidade. Mas de modo geral não participam.

⁶ O Plano Diretor é o instrumento básico de política urbana, obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas ou de aglomerações urbanas, integrantes de áreas de especial interesse turístico, inseridos em área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional (ESTATUTO DAS CIDADES, 2001).

As informações da (Figura 20) referem-se à inserção da juventude nas políticas de emprego e renda, sendo que a mesma revelou uma situação preocupante em Bonfim.

Figura 20 – Quanto à inserção da juventude nas políticas de emprego e renda



Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

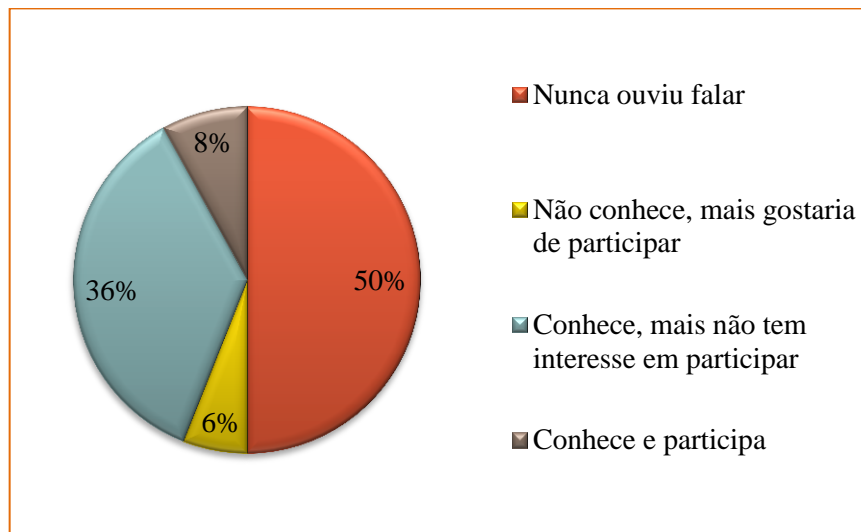
Com base nas entrevistas foi verificado que 49% (Figura 20), responderam veem necessidade, mais não existe, pois não há ainda um trabalho feito por parte de políticas públicas locais para atingir esse público. Segundo alguns moradores há no município um corredor do tráfico de drogas, de modo que há pontos de venda assim como violência. Disseram, ainda, que o tráfico de drogas está sendo um dos maiores problemas do município, é algo preocupante, apresentando grande evidência na cidade, tendo a juventude como seus principais usuários.

A resposta dos moradores foi bem enfática, pois 45% disseram não conhecer nenhum projeto que favoreça o desempenho e a qualificação dos jovens. No entanto 6% dos entrevistados afirmaram que existe, citaram o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) é um programa que visa incentivar e qualificar o jovem para o mercado de trabalho e outros programas realizados pela prefeitura local, porém que não atingem esse público e nem essa finalidade.

Outras alternativas para ajudar e complementar o trabalho do Estado são as ONGs, Associações e Cooperativas, essas organizações cumprem papel relevante para a sociedade tendo como objetivo a promoção dos direitos econômicos e sociais, através de programas e projetos de intervenção principalmente nas áreas mais desfavorecidas visando ainda à melhoria da qualidade de vida das pessoas necessitadas, atuando nas áreas de educação,

saúde, esporte, lazer, qualificação profissional, culturas, etc. no caso das cooperativas essas visa o empreendimento e trabalho a um grupo da população. Com base nisso procurou-se saber se no município há representatividades de algumas delas. A (Figura 21), demonstra que nem todos, infelizmente, têm conhecimento a respeito de organismos como ONGs, Associações e Cooperativas.

Figura 21 – Quanto à organização como ONGs, Associações e Cooperativas



Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Com base nas informações da (Figura 21) referente à organização como ONGs, Associações e Cooperativas, observou-se que 50% dos entrevistados nunca ouviram falar sobre essas organizações; mas 36% confirmaram que, até conhecem, mas não têm interesse em participar, primeiro porque as associações e cooperativas que existem tratam de atividades não muitas atrativas aos entrevistados.

Dos que conhecem e já participa soma 8%, alguns são colaboradores e membros da Associação dos Pescadores, Associação dos Criadores de Cavalos, Cooperativa dos Taxistas. Dos cooperativados taxistas, confirmaram que o meio de transporte que eles trabalham realiza locomoção de pessoas e produtos para outros municípios, assim como para Lethem na Guiana. Cooperativa dos Agricultores/Hortaliças, nessa cooperativa está os que possuem uma pequena porção de terra e realizam uma agricultura familiar, predominando principalmente hortaliças, de modo a abastecer não só o seu município, como outros. Por fim, 6% responderam que não conhecem, mas gostariam de participar.

Ainda dentro do contexto problema do município, a (Tabela 4) explana os itens sobre a percepção dos entrevistados quanto à preocupação nesta cidade.

Tabela 4 – Quanto à preocupação nesta cidade

	Não preocupa	Preocupa pouco	Preocupa	Preocupa muito
Futuro dos jovens	1%	6%	13%	80%
Qualidade da educação	2%	7%	45%	46%
Segurança	8%	9%	48%	35%
Condições da moradia	18%	32%	36%	14%
Saneamento básico	3%	9%	19%	69%
Assistência à saúde	3%	6%	35%	56%
Desemprego	2%	2%	18%	78%

Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Como demonstram os dados acima da (Tabela 4), sobre o item futuro dos jovens - a maioria dos entrevistados 80% responderam que preocupa muito, todos veem a necessidade de realizarem programas para envolver os jovens e estimular para um futuro promissor, visto que, hoje, devido ao tráfico de drogas, a juventude do município é o principal alvo, deixando seus familiares aflitos e preocupados, uma vez que o município não oferece nada para ocupação dos jovens, muito menos para a recuperação daqueles que são usuários de drogas.

Outro dado que podemos destacar nesta tabela com um alto grau de preocupação é o desemprego 78%. O município não tem perspectiva quanto a empregos, poucas são as empresas e, o comércio local, não supre a necessidade, sendo a produção agrícola a que mais oferece oportunidade de emprego. Para os entrevistados a alternativa seria o funcionamento da ALC que, com certeza, traria muito mais emprego e desenvolvimento à cidade.

Em seguida, vem à questão do saneamento básico. Dos que foram questionados, 69% dizem que preocupa muito. O saneamento básico é visto como um dos embasamentos de infraestrutura de qualquer cidade, que precisa apresentar como um avanço na qualidade de vida das pessoas. Este compreende sistema de tratamento de água, coleta e tratamento de resíduos sólidos e líquidos, além da questão da drenagem urbana.

Alguns entrevistados responderam que preocupa outro que preocupa pouco, tendo em vista que, para alguns, existe rede de esgoto na rua de sua casa, entretanto, esta rede não funciona porque ainda não está interligada aos domicílios, a maioria afirmou não ter rede de esgoto. Há mais um item importante da tabela, trata-se da assistência à saúde. De acordo com os questionários aplicados na cidade, pode-se constatar a insatisfação dos moradores em relação à saúde local, 56% apontam que preocupa muito.

O município possui apenas um hospital, e que a quantidade de leito hospitalar para atender à demanda da população é mínima, visto que o hospital funciona com baixo nível de equipamentos, insuficiência de recursos financeiros, assim como materiais e funcionários qualificados para manter os serviços de saúde operando com eficiência.

Sobre a segurança, 48% asseguram que preocupa e 35% que preocupa muito. Em Bonfim também a população se sente insegura devido, principalmente, à questão de fronteira e ao tráfico de drogas.

A educação existente em Bonfim, segundo os entrevistados, abrange todos os níveis. Mesmo que tenham escolas, creches, ensino superior, muitas estão precisando de reformas, materiais pedagógicos, merenda entre outros. Por esses motivos, 46% das pessoas entrevistadas disseram que preocupa muito e 45% que preocupa.

Por fim, a condição da moradia como já foi descrito na (Figura 17). A maioria tem casa própria, quem sabe seja o motivo de 36% responderem que preocupam, e 32% preocupam pouco. Muitos dos entrevistados lembraram aqueles que ainda não possuem sua casa própria.

Do mesmo modo a (Tabela 5) expõe os itens citados quanto à situação da prestação dos serviços na cidade.

Tabela 5 – Quanto à situação da prestação dos serviços neste lugar, responda:

	Não satisfaz	Satisfaz pouco	Satisfaz	Satisfaz muito bem
Transportes coletivos	69%	23%	8%	
Escolas	15%	27%	56%	2%
Fornecimento de água	21%	36%	42%	1%
Rede de Esgoto	86%	9%	5%	
Coleta de Lixo	23%	30%	47%	
Espaços para Lazer	56%	36%	8%	
Oferta de emprego e renda	86%	12%	2%	
Posto de Saúde	31%	37%	31%	1%

Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Analisando a (Tabela 5), destaca-se a questão do transporte coletivo isto porque a maioria, 69%, afirmou que não existe, por isso não satisfaz, outros 23% satisfaz pouco lembrando que fora o transporte intermunicipal há o transporte escolar (ônibus). Foi citado,

ainda, que no município a bicicleta é o meio de transporte mais utilizado pelos moradores, seguido do carro e das motocicletas.

Referente às escolas, 56% dizem, o município dispõe de uma boa estrutura na rede de ensino público, abrangendo todos os níveis de escolaridade desde: creches, ensino infantil, fundamental até o ensino superior. Ressaltando que a falta de infraestrutura em alguns desses estabelecimentos deixa a desejar.

O fornecimento de água para o município é feito pela CAER – companhia de águas e esgotos de Roraima. Ao serem questionados, 42% responderam que o fornecimento de água satisfaz que o abastecimento é de boa qualidade, suprimindo a necessidade dos moradores. Entretanto, um número considerado, 36% disseram que satisfaz pouco, pois ultimamente a falta de água é constante e os moradores ficam à mercê desse serviço e 21% afirmam que não satisfaz.

Observou-se que o abastecimento de água cobre quase todos os domicílios da cidade, ressaltando ainda que as residências que não possuem água encanada para suprir a falta, os moradores se utilizam da prática de perfuração de poços no quintal.

Foi perguntando aos moradores sobre a rede de esgoto e 86% afirmaram que não satisfaz, pois foi constatado através das entrevistas que em alguns bairros como o Centro e Getúlio Vargas, apesar de terem rede de esgoto instalada nas ruas, a mesma ainda não funciona, pois não existe ligação com as residências e nem rede de tratamento na cidade.

Conforme os dados coletados sobre a coleta de lixo na cidade, para 47% satisfaz, enquanto que, 30% responderam satisfaz pouco e 23% não satisfaz. Aqueles que consideram que satisfaz, falaram que as coletas acontecem regulamente duas vezes por semana, já os que responderam que satisfaz pouco, às coletas são feita uma vez por semana e os que disseram não satisfaz afirmaram não haver coleta de lixo nas ruas de suas casas.

Com base nas entrevistas sobre a forma de lazer existente na cidade, 56% afirmaram que os espaços para o lazer não satisfazem, pois não há espaços adequados de lazer que venha atender das crianças aos idosos. Por falta desses espaços o único lazer é ficar assistindo TV em casa ou buscar diversão em outros lugares. Para 36% responderam que, as formas de lazer satisfazem pouco, pois as praças, os parquinhos e os espaços públicos de lazer existente na cidade estão deteriorados, precisando de reparos, mas mesmo assim são utilizados, principalmente por crianças e jovens.

A pesquisa mostra que a oferta de emprego e renda, para 86% dos entrevistados não satisfaz. Eles argumentam que a falta de geração de emprego é um dos grandes problemas que a população enfrenta.

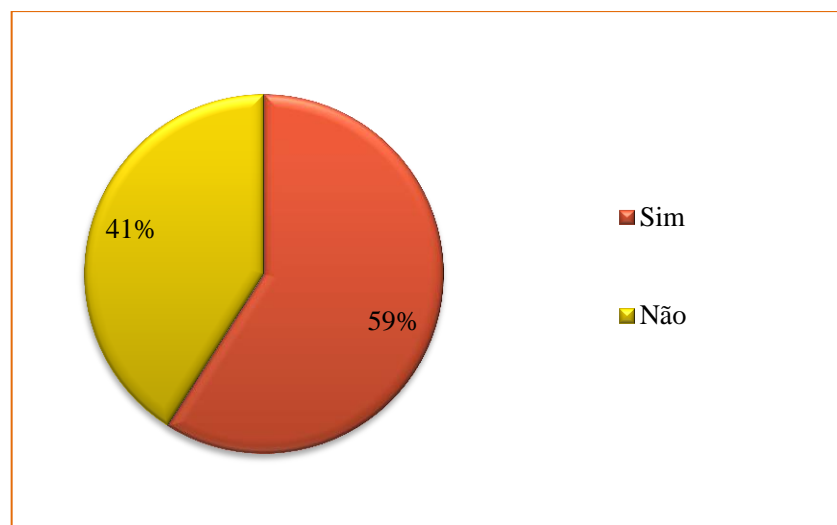
Dos entrevistados, mais da metade, possuem renda familiar de um salário mínimo, outros com menos de um salário mínimo e há também os que só recebem os benefícios, como Bolsa Família.

Aos serem entrevistados sobre posto de saúde, 37% disseram que satisfaz pouco. Eles percebem que os que têm são mínimos e não atendem a toda a população de forma satisfatória. No entanto, trata-se de um dos serviços essenciais para uma população, visto que muitas vezes atende pacientes do país vizinho como das comunidades próximo da sede.

Com relação à ALC (Figura 22), os entrevistados foram questionados se já tinham ouvido falar. Segundo Anjos (2013, p.205).

As Áreas de Livre Comércio assim como outras ações nessa região de fronteira são oriundas das políticas de desenvolvimento regional as cidades fronteiriças que possuem como características baixo desenvolvimento socioeconômico e acentuada interação com cidades vizinhas.

Figura 22 – No tocante a ALC (Área de Livre Comércio): Já ouviu falar?



Fonte: Elaborado pelo autor 2014.

Ao serem indagados se já ouviram falar, a maioria 59% disse que sim, já aqueles que nunca ouviram falar somam-se 41% (Figura 22).

Os pontos positivos apontados pelos entrevistados, sem dúvida nenhuma foram à geração de empregos seguido do desenvolvimento para o município que, através dos impostos arrecadados, haveria mais investimentos, um fluxo maior de pessoas no comércio local beneficiando e trazendo incentivos para o comércio (circulação de dinheiro). Ao mesmo tempo, iria atrair mais empresas, de modo que Bonfim teria uma melhora em todos os aspectos, podendo diminuir a pobreza, melhorar a qualidade de vida e adquiriria uma renda

adequada, quem sabe por família. Por último, o turismo, que existe, mas de forma muito acanhada e lenta.

A ALC é vista com grande expectativa para o aquecimento da economia local, alimentando a esperança de desenvolvimento econômico e social para o município.

Já em relação aos pontos negativos, a maioria dos entrevistados respondeu que “só o fato de ainda não ter saído do papel isso já é um ponto negativo”. Frisaram que “os políticos barganhariam tudo”, “... haverá guerra entre eles”. “Outros que nunca funcionou”, “a área destinada está abandonada”, “... desvio de dinheiro público sendo que o povo da cidade não vai ter vez”, “no caso vai atrair muitas empresas e lojas de fora”, “competitividade e somente os grandes terão vez”.

Outro ponto destacado é que ALC já foi retirada de Bonfim para outro município “os políticos já tiraram daqui”, “... está somente na Guiana, com isso houve um desenvolvimento muito expressivo na cidade de Lethem”, “muitas pessoas de Bonfim vão buscar emprego em Lethem”.

A análise aqui, do processo de expansão urbana em Bonfim, apresentando seus principais condicionantes histórico-geográficas, e suas implicações sobre a estrutura socioespacial verificada atualmente na cidade, nos leva a perceber que Bonfim, assim como muitas pequenas cidades, viveu e vive na dependência, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A cidade pouco fez para se tornar independente, mesmo sendo pequena se comparado a algumas, como por exemplo, “Ponta de Pedras no Pará, que tem na agropecuária a sua atividade predominante, mas se destaca como o segundo município brasileiro na produção do açaí contribuindo na economia local”.

Segundo a SEPLAN (2014, p. 59) O município de Bonfim até possui um bom investimento no setor agropecuário, apresentando-se como um importante componente da economia local, mas, infelizmente, não há um retorno significativo empreendido para o desenvolvimento da cidade.

A pesquisa mostra, ainda, que o município carece de grandes investimentos em equipamentos urbanos, tais como infraestrutura (energia elétrica, qualidade da água, coleta de lixo, comunicação, esgoto), os mesmo até existem, mas deixa a desejar. Um dos graves problemas apontados no município está relacionado ao saneamento básico, outro agravante é a falta de emprego, que para os moradores, se a ALC já estivesse implantada poderia suprir essa necessidade, mas até agora não saiu do papel. O acesso da população à infraestrutura e serviços como: hospitalar, educação dentre outros, o município possui, mas de forma muito precária.

A partir do crescimento da população urbana, devido ao fluxo migratório, a cidade de Bonfim se vê na necessidade de atender à crescente demanda por trabalho, educação, saúde, lazer e por um comércio que atenda ao consumo dos moradores da sede, assim como dos que moram em áreas próximas. Mas, para isso, um bom planejamento e compromisso por partes dos gestores fazem a diferença. Ocorreu que, em alguns anos, houve problemas relacionados ao planejamento da cidade, cujos gestores anteriores não tiveram essa preocupação.

O planejamento urbano, como qualquer outro tipo, é uma atividade que remete sempre para o futuro, é uma forma que o homem tem de tentar prever a evolução de acontecimentos ou de processo. A partir deste conhecimento, torna-se imprescindível, principalmente, que o poder público possa atentar contra problemas e dificuldades futuras, porque um bom planejamento aumenta as chances de desenvolvimento e melhoria em uma cidade, com grandes possibilidades de, se não evitar erros, pelo menos amenizar seus efeitos.

Outro aspecto fundamental é a participação da população nas decisões da cidade. Em Bonfim ainda é muito tímida essa participação, visto que a população urbana é extremamente pequena ao ponto de não exercer quase que nenhuma pressão sobre os direitos que o cidadão tem na constituição da cidade.

Compreender o processo de formação e expansão urbana de uma cidade seja ela grande média ou pequena é de fundamental importância para os gestores públicos que pensam em promover um verdadeiro processo de urbanização, visto que as cidades ao longo de seu processo de produção espacial passam a ser vistas como lugares de mais conforto e status. Para tanto, um bom planejamento urbano irá contribuir para que todos possam usufruir principalmente dos meios necessários para atingir um nível de bem-estar social adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo realizar um estudo sobre a (re) produção do espaço urbano nas pequenas cidades da Amazônia Setentrional, destacando Bonfim como estudo de caso no contexto de Roraima.

Nos últimos anos, a região Amazônica foi quem mais decretou o surgimento de novas pequenas cidades, alterando assim a sua paisagem. A Amazônia Setentrional assistiu em sua extensa área, o surgimento dessas pequenas cidades. O estado de Roraima apresenta nesse contexto, muitas cidades consideradas como pequenas, mas cada uma traz particularidades desenvolvidas por diversos agentes que contribuíram e contribuem para a reprodução desses espaços.

Ao conhecer um pouco mais sobre Bonfim, saber que o embrião da cidade surgiu ainda no século XIX questionei: porque ela, ainda é uma cidade estagnada economicamente, sendo ela também uma cidade de fronteira? Foi dessa forma que surgiu a necessidade de conferir a história da reprodução do espaço urbano da cidade e tentar entender esse processo até os dias de hoje.

Para isso, buscou-se uma metodologia que abrangeu uma pesquisa bibliográfica, auxiliando na formação dos conceitos básicos referentes à temática da pesquisa, conceitos fundamentados nas obras de geógrafos renomados e de outros autores de áreas afins. Tudo isso foi necessário para entender sua importância e definir uma análise mais profunda sobre o tema proposto. Em seguida, constituiu-se um levantamento de fontes secundárias, tais como dados estatísticos feitos pela Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN), e, dados censitários do (IBGE), entre outros.

A etapa seguinte se deu por meio de pesquisa de campo “*in loco*”, com o objetivo de coletar informações acerca do crescimento urbano da cidade, o papel dos agentes que produziram e reproduzem este espaço. O trabalho de campo ajudou a conhecer a área urbana de Bonfim, observar a organização e a composição da cidade.

Através da realização deste trabalho, reconheceu-se que Bonfim, se encontra na categoria de pequenas cidades, já que no Brasil os critérios utilizados são o político-administrativo e demográfico apontado pelo IBGE, que classifica a cidade quanto ao porte considerando o número populacional: para categoria de vila os assentamentos com menos de 2.000 habitantes, cidades pequenas, médias e grandes definindo assim, as pequenas cidades como sendo aglomerado populacional inferior a 100.000 habitantes. Desse número, até 500.000 habitantes é nomeado de cidades médias e acima de 500.000 habitantes, denominadas

de grandes cidades, este critério tem sido adotado pelo IBGE e pela maioria dos estudos que abordam esse assunto.

Essas cidades sobrevivem de uma infraestrutura precária e de serviços públicos que deixam a desejar e são dependentes ainda de recursos repassados do Fundo de Participação do Município e recursos provindos da União. De acordo com a pesquisa na sede o principal rendimento de muitos moradores vem do programa bolsa família.

Deste modo este estudo vem mostrar que no decorrer dos anos, a falta de políticas públicas voltada para o planejamento urbano de Bonfim, veio contribuir para o cenário que hoje é visto na cidade. A demanda por serviços básicos como infraestrutura, saúde, educação e emprego é muito grande.

Dessa forma, enfatizou-se o atrelamento da decisão política sobre as questões econômicas na definição de investimentos na cidade e a difícil superação das dificuldades socioeconômicas em espaços não privilegiados por interesses políticos no município.

A cidade de Bonfim possui muitas características das pequenas cidades da Amazônia, com toda carência e dependência. Ela apresenta estrutura urbana precária, que a identifica como pequena cidade.

As cidades sejam elas, médias, pequenas ou grandes tornam-se lugar das residências, da prestação de serviços, do comércio, das atividades produtivas e da administração, criando espaços diferenciados de acordo com a ocupação e apropriação realizadas pelos diversos agentes sociais, já que as cidades ao longo de seu processo de produção espacial passaram a ser vista como espaço de mais conforto, status social, bem estar e também com maiores possibilidades de saúde, educação, emprego e lazer.

Portanto, percebe-se que Bonfim, como uma cidade pequena, através de sua administração, tem tudo para melhorar os seus serviços, sua infraestrutura, pois ela oferece perspectivas atraentes em desenvolvimento para cidade, principalmente o estado através da ALC e do Turismo.

Compreende-se que seja necessário aprofundar os estudos sobre pequenas cidades, principalmente as que constituem o estado de Roraima, já que a literatura das mesmas ainda é incipiente para levantamentos bibliográficos. Que esta pesquisa possa contribuir para aumentar as referências sobre este tema que é tão importante no contexto da reprodução do espaço.

REFERÊNCIAS

ANJOS, J. N. S. dos; VERAS, A. T. de R; SENHORAS, E. M. Contexto e perspectiva socioeconômica da cidade fronteiriça de Bonfim – RR. In: ROSA FILHO, A.; BESERRA NETA, L. C. (Org.). **Bonfim: um olhar geográfico**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013. p. 205-234.

BARROS, N. C. C. de. **Roraima, paisagens e tempo na Amazônia setentrional: estudo de ocupação na América do Sul**. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 1995. 272 p.

BECKER, B. K; EGLER. C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 8.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 268 p.

BECKER, B. K. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.40, n.1, p.111-122, 1978.

_____. **A ubre amazônica: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. 88 p.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 172 p.

_____. **AMAZÔNIA**. São Paulo: Ática. 1998. 112 p.(Série Princípios).

_____. **Fronteira Amazônica, questões sobre a gestão do território**. Brasília, Editora da UNB, 1990. 219 p.

_____. **Fronteira e Urbanização Repensadas**. *Revista Brasileira de Geografia*, 51 (3-4): p. 357-371, 1985.

BELLO, L. A. L; HÜFFNER, J. G. P. Análise dos impactos ambientais da expansão urbana na ilha de Cotijuba, Belém-PA. **Caminhos de Geografia Uberlândia** v. 13, n. 44 p. 286-298 Dez/2012. 287 p.

BETHONICO, M. B.de M. **Indígenas e a Gestão Territorial: desafios para o ensino superior**. In: XII Coloquio Internacional de Geocrítica. 2012, Bogotá. Bogotá, 7 al 11 de Mayo, 12 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos internacionais. Departamento de Política e Estratégia. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - Agenda Executiva** - 2001/2004. Estado de Roraima - município de Bonfim, 2001.100 p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais - SPR. **Faixa de Fronteira**: programa de promoção do desenvolvimento da faixa de fronteira - PDF. Brasília, 1995. 66 p.

_____, _____. GABINETE DO MINISTRO - PORTARIA Nº 125, DE 21 DE MARÇO DE 2014 - DOU de 24/03/2014 (nº 56, Seção 1, pág. 45).

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. 104 p. (Repensando a Geografia)

_____. **A (re) produção do espaço urbano**. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2008. 270 p.

CORRÊA, R. L. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A Produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

COORÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 15-47.

_____. As Pequenas Cidades na Confluência do Urbano e do Rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 30, p. 05 - 12, 2011.

_____. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 646, 2007, p. 62-72

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

_____. **A Periodização da Rede Urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 49, n.3, p. 39-68, 1987.

_____. **Região e Organização Espacial**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990. 93 p. (Série Princípios).

_____. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática. 1989. 96 p. (Série Princípios).

COSTA, S. M. F. *et al.* **Pequenas cidades do estuário do rio Amazonas: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades da pequena cidade de ponta de pedras**. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 56 - 74 maio/agos. 2012a.

COSTA, S. M. F. “**A importância das pequenas cidades na rede urbana da Amazônia: um estudo comparativo entre Ponta de Pedras, PA, e Bonfim, RR**” 2012b, 21 p. Projeto de pesquisa a ser submetido ao Cnpq.

COUTINHO, S. A. **Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas**. Geo Textos, vol 7, n.1, p. 83 - 104 jul. 2011.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.120 p.

DOLLFUS, O. **L’Espace Géographique**. O Espaço Geográfico. Tradução de Heloysa de Lima Dantas, 5ª ed. Rio de Janeiro: BERTRAND, 1991. 121 p.

FIGUEIREDO, V. D. M. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000**. Rio Claro, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas [s.n.].

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. 178 p.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrande Brasil, 2010, p. 49-76.

HIGA, T. C. C. S. Dinâmica Urbano-Regional na Amazônia. In: PEREIRA, R.H.M.; FURTADO, B.A. (Org.). **Dinâmica Urbano-regional e suas interfaces**. Brasília: Ipea, 2011. 490 p.

HUERTAS, D. M. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: Fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo: Annablume, 2009. Fapesp; Belém: Banco da Amazônia. 344 p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo online (1991)**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 out. 2013.

- _____. **Censo Demográfico (2000)** < <http://www.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 22 jun. 2013.
- _____. **Censo Demográfico (2010): primeiros resultados** < <http://www.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 22 jun. 2013.
- _____. **Cidades**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 12 set. 2012.
- _____. **Estados**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rr>>. Acesso em: 08 jun. 2014.
- _____. **Formação administrativa de Bonfim**. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/d-detelhes.php?ind=35924>>. Acesso em 26 jul. 2014.
- KAMPEL, S. A. *et al.* “**Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia**”. Programa de Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas, Ação “Métodos, modelos e geoinformação para a gestão ambiental” Ministério da Ciência e Tecnologia-Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, 2001.
- LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. 5ªed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 187-204.
- MANFIO, V; BENADUCE, G. M. C. **A (re) estruturação urbana e o desenvolvimento local da pequena cidade de nova palma/rs**. In: I Simpósio de Estudos Urbanos: Desenvolvimento Regional e Dinâmico Ambiental, 2011.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007. 192 p.
- NASCIMENTO, C. P. **O Processo de Urbanização da Amazônia e seus Mecanismos entre a década de 1930 e 1980**. Ateliê Geográfico Goiânia-GO. Revista Eletrônica v. 5, n. 2 agos/2011, p. 227-256.
- OLIVEIRA, J. A. de. **Urbanização da Amazônia: novas e velhas formas de exclusão**. In: 6º ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 1997, Buenos Aires. 1997. v. 6. p. 198.
- _____. **A cultura, nas (das) pequenas cidades da Amazônia brasileira**. In: III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 16,17 e 18 de Set. 2004. Coimbra, 2004, p. 1-10.

OLIVEIRA, R. da S. As transformações na configuração político-administrativa do estado de Roraima: um panorama a partir da implantação do federalismo. In: SILVA, P. R. de F; OLIVEIRA, R. da S (Org.). **Roraima 20 anos: geografias de um novo Estado**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008, p. 47-87.

OLIVEIRA, R. V de; BETHONICO, M. B. de M. Fatores históricos de ocupação e evolução demográfica do município de Bonfim – RR. In: ROSA FILHO, A; BESERRA NETA, L. C. (Org.). **Bonfim: um olhar geográfico**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013, p. 123-140.

ROCHA, V.B; SILVA, P.R.de F. Pacaraima no contexto Regional Fronteiriço – Brasil/ Venezuela. In: VERAS, A. T. de R; SENHORAS, E. M. (Org.). **Pacaraima: um olhar geográfico**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, p. 43-63.

RODRIGUES. E. A. **Rede urbana: a dinâmica comercial no médio Solimões-Amazonas**. In: XIII SIMPURB. UERJ. 2013. Rio de Janeiro. Artigo..., UERJ. 2013, p. 1- 18.

SANTOS, E.R.C. **Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas**. Presidente Prudente, 2012a. 276 p. Tese (doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

_____. **Urbanização e rede urbana na Amazônia setentrional amapaense/AP**. Revista Formação Online, n. 19, volume 2, p. 107 -131, jul./dez., 2012b.

SANTOS, M. **A Urbanização Desigual: A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos**. 3ª. ed. São Paulo: Edusp, 2010. 144 p.

_____. **Espaço e Método**. 3ª. ed. São Paulo: Nobel, 2008. (Coleção Espaços). 120 p.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5ª. ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.176 p.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informal**. 5ª. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 176 p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1988. 136 p.

SARTORI, O. C; BETHÔNICO, M. B. de M. A Reivindicação de um território: o caso de Pacaraima. In: VERAS, A. T. de R; SENHORAS, E. M. (Org.). **Pacaraima: um olhar geográfico**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, p. 79-98.

SEPLAN, (Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima). **Informações Socioeconômicas do Município de Bonfim – RR**, 2014. Elaboração: Divisão de Estudos e Pesquisa. , 4ª edição, Boa Vista: CGEES/SEPLAN-RR, 2014, 78 p.

SILVA, P. R. de F. **Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil**. 2007. 329 p. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de concentração: Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, P. R. de F. Espaço e tempo na fronteira Amazônica. In: SILVA, P. R. de F; OLIVEIRA, R. da S. (Org.). **Roraima 20 anos: geografias de um novo Estado**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008, p. 15-44.

SOUZA, M. Simpósio de Estudos Urbanos I: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental. 2011, Paraná. **A (re) estruturação urbana e o desenvolvimento: local da pequena cidade de nova palma/RS**. Paraná, 2011.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 192 p.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: UNESP, 2008. 161 p.

SPOSITO, E. S; JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais**. Jundiaí: PACO, 2013. 148 p.

STAEVIE, P. M. **Expansão urbana e exclusão social em Boa Vista – Roraima**. Oculum Ensaios 13, Campinas, p.68-87. Janeiro a Junho 2011

TRINDADE JÚNIOR, S. C. et al. da Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do rio Tocantins. **ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira**, 2011, p. 117-133.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; TAVARES, M. G. da C. (Orgs). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. 218 p.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo. Diefel. 1980. 342 p.

VALE, A. L. F. **Imigração de Nordestino para Roraima**. Revista de Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2006. p. 255-261.

VERAS, A. T. de R. **A produção do espaço urbano e Boa Vista-Roraima**. 2009. 235p. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de concentração: Geografia Humana) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Questionário

Este questionário faz parte da Dissertação de Mestrado em Geografia da UFRR. Linha de Pesquisa: Produção do Território Amazônico desenvolvido por Tânia Maria Sena Barbosa e Orientado por Artur Rosa Filho, para entender a problemática existente na cidade de Bonfim-RR, no tocante ao seu desenvolvimento socioeconômico.

Identificação

1. Idade	5. Local de nascimento
2. Sexo (F) (M)	6. Residência anterior
3. Estado Civil (S) (C) (O)	7. Quantas pessoas residem na casa
4. Bairro	8. Tempo de residência

9. Quanto à etnia, se identifica como:

(1) negro (2) pardo (3) índio (4) branco (5) outro

Qual? _____

10. Qual à escolaridade?

() não frequentou escola () fundamental completo () fundamental incompleto () médio incompleto

() médio completo () superior completo () superior incompleto () pós-graduação () outro

Qual? _____

11. Quanto ao emprego, atualmente:

() não têm emprego () só estuda () estuda e trabalha () só trabalha. Em caso positivo em que? _____

12. Quanto à renda familiar:

() menos de um salário () um salário () de um a dois salários () mais que dois

13. O tipo de moradia:

() própria () alugada () casa dos pais () amigos () pensão/hotel

() outros.

Especificar _____

14. A escolha deste lugar para morar foi por causa de:

() parentes () compatível com o rendimento () cedida () outros.

Especificar _____

15. Se pudesse escolher moraria em outro local?

() sim () não, em caso positivo qual? _____

16. Quanto à participação da população na gestão da cidade:

() não há necessidade () houve iniciativas, mas não deram certo () há necessidade, mas não se sabe como () já acontece a participação da população. De que forma?

17. Quanto à inserção da juventude nas políticas de emprego e renda:

() não conhece nenhum projeto () não vê necessidade () vê necessidade, mas não existe () existe : Qual

18. Quanto à organização como ONGs, Associações e Cooperativas:

() nunca ouviu falar () não conhece, mas gostaria de participar () conhece, mas não tem interesse em participar () conhece e participa: Qual?

Quanto à preocupação nesta cidade:

	Não preocupa	Preocupa pouco	Preocupa	Preocupa muito
19. Futuro dos jovens				
20. Qualidade da educação				
21. Segurança				
22. Condições da moradia				
23. Saneamento básico				
24. Assistência à saúde				
25. Desemprego				

Quanto à situação da prestação dos serviços neste lugar responda:

	Não satisfaz	Satisfaz pouco	Satisfaz	Satisfaz muito bem
26. Transportes coletivos				
27. Escolas				
28. Fornecimento de água				
29. Rede de Esgoto				
30. Coleta de Lixo				
31. Espaços para Lazer				
32. Oferta de emprego e renda				
33. Posto de Saúde				

34. No tocante à A.L. C (Área de Livre Comércio): Já ouviu falar?

() sim () não

Se sim, indique três pontos positivos e três negativos sobre a sua implantação:

35. Positivos _____

36. Negativos _____